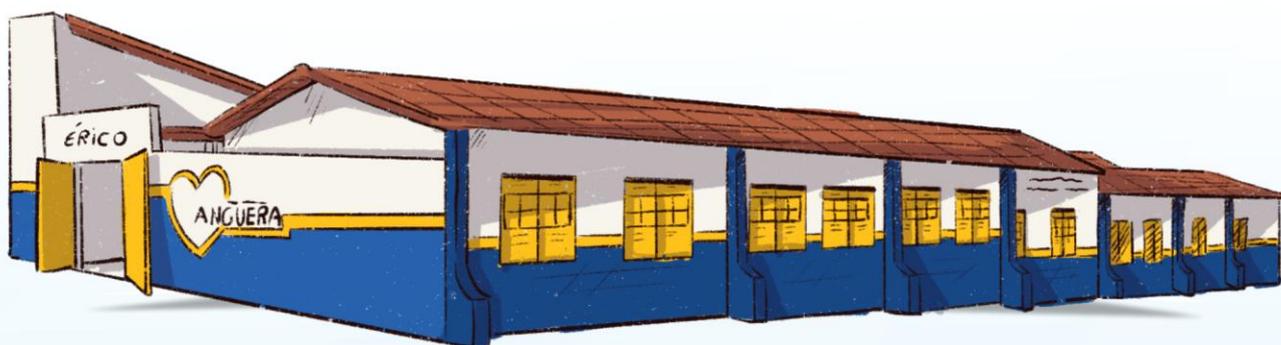




PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



ESCOLA MUNICIPAL ÉRICO SOPHIA BRANDÃO



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ESCOLA MUNICIPAL ÉRICO SOPHIA BRANDÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal Érico Sophia Brandão
Secretaria Municipal de Educação
ANGUERA-BA, 2022

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

DIRETORA ESCOLAR:

Núbia Vieira Soares Sampaio

VICE- DIRETORA:

Taciara dos Santos Costa

COORDENADORAS PEDAGÓGICAS:

Nádia Cristina Souza (Ciclo da Alfabetização)

Maria Nilzete Braga da Paixão Araujo (Ciclo Complementar)

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Perfil Identitário

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Características e Finalidades

1.2. Linha do Tempo: História Institucional

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4.1 Fundamentos do Currículo

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Concepção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores Da Prática Pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Os Temas Integradores

3.3.1. Educação em Direitos Humanos

3.3.2. Educação para a Diversidade

3.3.3. Educação para o Trânsito

3.3.4. Saúde na Escola

3.3.5. Educação Ambiental

3.3.6. Educação Financeira e Para o Consumo

3.3.7. Cultura Digital

3.3.8. Parte Diversificada

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

3.4.1. Perfil da Docência

3.4.2. Perfil do Aluno

4. ETAPAS DE ENSINO

4.1. Ensino Fundamental

4.1.1. Anos Iniciais

4.1.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

4.1.3. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

5.2. A Política de Educação No Campo

5.3. A Política da Inovação Tecnológica

5.3.1. Concepção de Inovação Tecnológica

5.3.2 Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

5.3.3 Diretrizes da Inovação Tecnológica

5.3.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação

5.4 A Política da Assistência Estudantil

5.4.1 Concepção de Assistência Estudantil

5.4.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

5.5. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.5.1. Concepção de Formação Continuada

5.5.2 Princípios Orientadores da Formação Continuada

5.5.3 Diretrizes da Formação Continuada

5.5. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.5.1. Concepção de Comunicação Escola/ Família/Comunidade

5.5.2. Princípios da Comunicação Escola/ Família/Cominidade

5.5.3 Diretrizes da Comunicação Escola/Família/Comunidade

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teóricos-metodológicos dos Processos

6.3. Diretrizes para Implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, é o principal instrumento norteador das práticas pedagógicas, pelo qual exercemos a autonomia desta instituição, levando em consideração o aluno, o docente, os colaboradores e a comunidade.

Assim, o presente documento foi construído por meio de discussões, partilha de experiências e reflexões das ações necessárias para a construção de uma nova realidade, com o objetivo de estabelecer metas e estratégias capazes de refletir na melhoria constante da qualidade tanto do ensino quanto da aprendizagem ofertada em nossa escola.

Trata-se, portanto, de um documento pautado nos aspectos que dizem respeito as particularidades e especificidades do público que compõem a nossa comunidade escolar e local, buscando atender as demandas pré-estabelecidas pelos documentos referenciais que norteiam o nosso currículo, até as demandas advindas da eventualidade provenientes das vivências em sociedade e conseqüentemente das experiências vivenciadas na sala de aula.

Este PPP elenca todas as propostas educacionais que norteiam o fazer pedagógico da nossa instituição, além de trazer os aspectos que conceituam a identidade da nossa escola, revelando o perfil docente e discente que retrata o perfil e a realidade da Escola Érico.

Além de estar em consonância com os documentos curriculares referenciais como já foi mencionado acima, este documento foi construído respeitando os aspectos instituídos pela nossa Legislação. Destacamos ainda os aspectos decorrentes da trajetória da comunidade escolar e da cultura local, visando garantir não apenas um percurso formativo de sucesso para os estudantes, como também objetiva cumprir o seu compromisso com a sociedade, em prol de uma educação capaz de formar de maneira integral cada educando, ofertando ensinamentos tanto científicos quanto ensinamentos de vida e pra vida em meio as novas demandas sociais e políticas.

Assim, a construção deste PPP será consolidada no ano 2023, a partir de sua implementação e avaliação constante, que será realizada frequentemente por cada integrante da comunidade escolar, colocando em prática os preceitos que regem o funcionamento democrático da nossa rede de ensino.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Escola Municipal Érico Sophia Brandão

ENDEREÇO: Avenida Felipe Pedreira Brandão, S/N

CEP: 44.670-063

MUNICÍPIO: Anguera-Bahia

LOCALIZAÇÃO: Urbana

E-MAIL: emesb@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239 – 6512

CNPJ: 04.960.326/0001-11

CÓDIGO DO INEP/SERIE: 29090032

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO RESOLUÇÃO: Portaria nº 7392/97

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Ensino Regular

CÓDIGO DAS TURMAS/MATUTINO:

| SÉRIE | TURMA | CÓDIGO | QUANTIDADE DE ALUNOS |
|--------|-------|----------|----------------------|
| 1º ANO | A | 27071029 | 20 |
| 1º ANO | B | 27071030 | 20 |
| 2º ANO | A | 27071032 | 19 |
| 2º ANO | B | 27071035 | 15 |
| 3º ANO | A | 27071036 | 20 |
| 3º ANO | B | 27071038 | 18 |
| 4º ANO | A | 27071041 | 20 |
| 4º ANO | B | 27071043 | 20 |
| 5º ANO | A | 27071044 | 14 |
| 5º ANO | B | 27071047 | 14 |
| 5º ANO | C | 27071078 | 15 |

CÓDIGO DAS TURMAS/VESPERTINO:

| SÉRIE | TURMA | CÓDIGO | QUANTIDADE DE ALUNOS |
|--------|-------|----------|----------------------|
| 1º ANO | A | 27071028 | 18 |
| 1º ANO | B | 27071030 | 19 |
| 2º ANO | A | 27071033 | 17 |

| | | | |
|--------|---|----------|----|
| 2º ANO | B | 27071034 | 14 |
| 3º ANO | A | 27071037 | 11 |
| 3º ANO | B | 27071038 | 11 |
| 4º ANO | A | 27071040 | 17 |
| 4º ANO | B | 27071042 | 16 |
| 5º ANO | A | 27071045 | 19 |
| 5º ANO | B | 27071046 | 18 |

QUADRO DE PROFISSIONAIS: A escola Municipal Érico Sophia Brandão é composta pelos seguintes funcionários no período do ao letivo de 2022:

| NOME | FUNÇÃO | FORMAÇÃO |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|
| NUBIA VIEIRA SOARES SAMPAIO | DIRETORA | ESPECIALISTA |
| TACIARA DOS SANTOS COSTA | VICE-DIRETORA | ESPECIALISTA |
| NÁDIA CRISTINA DOS S. REIS SOUZA | COORDENADORA | ESPECIALISTA |
| MARIA NILZETE B. DA PAIXÃO ARAUJO | COORDENADORA | NÍVEL SUPERIOR |
| ANDREA SUZART SANTOS | AUX. ADMINTRATIVO | ENSINO MÉDIO |
| ANA KARINA C. RIOS DE OLIVEIRA | AUX. ADMINSTRATIVO | NÍVEL SUPERIOR |
| IRAMAIA DOS SANTOS SOUZA | AUX. ADMINSTRATIVO | ENSINO FUNDAMENTAL |
| POMPÍLIO SILVA DE QUEIROZ | AUX. ADMINSTRATIVO | MAGISTÉRIO |
| WELLINGTON G. DA SILVA JÚNIOR | AUX. ADMINSTRATIVO | ENSINO MÉDIO |
| MARLI OLIVEIRA DE SOUZA PEREIRA | AUX. DE ENS. EDUCACIONAL | NÍVEL SUPERIOR |
| DELIANE PEREIRA CORREIA FERREIRA | AGENTE / CORREDOR | ENSINO MÉDIO |
| ADRIANA OLIVEIRA SANTA ROSA | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| ALDÍSIA MALAFAIA DE C. MOREIRA | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| ALINE BARRETO LIMA SANTOS | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| ALINE DE SANTANA BONFIM | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| ANA ESMERALDA C. DE FREITAS BRITO | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| ANA PAULA MENDES FERREIRA | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| ANGELO BORGES DA SILVA | PROFESSOR | NÍVEL SUPERIOR |
| CRISTIANE MOREIRA SOUZA MARIA | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| CYNTHIA DE ARAUJO SANTOS | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| FERNANDA FERREIRA SANTANA | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| FLORA BARBOSA DOS SANTOS | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| GEOVANIA SILVA MOTA DOS SANTOS | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| IOLANDA VELOSO SANTANA BRITO | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| JACIANE DOS SANTOS SILVA | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| JAQUELINI BORGES DA SILVA | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |

| | | |
|-----------------------------------|-----------------|--------------------|
| JILMARA CORREIA PEREIRA | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| JUSSARA ARAUJO LEITE | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| LEIDIJANE BRITO BARBODA GURGEL | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| LILIANA COUTO FIGUEREDO | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| LUSIMARY DE JESUS SANTOS | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| MARÍLIA LUSTOSA B. OLIVEIRA | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| MISMARA ARAUJO SAMPAIO | PROFESSORA | MAGISTÉRIO |
| NORMA DA SILVA CARVALHO SANTANA | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| RITA DE C. DE OLIVEIRA F. MENDES | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| SINARA VELOSO DA SILVA BATISTA | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| TANEA SANTANA SOARES | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| VALDINÉLIA SILVA DOS SANTOS COSTA | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| VANUSIA BASTOS CORREIA | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| VERA LUCIA DE CARVALHO S. CARDOSO | PROFESSORA | NÍVEL SUPERIOR |
| VIVIANE REIS OLIVEIRA | PROFESSORA | ESPECIALISTA |
| JUCIENE SOARES DE CARVALHO | PROF. AUXILIAR | NÍVEL SUPERIOR |
| ROQUELINA A. DE JESUS DOS SANTOS | PROF. AUXILIAR | ENSINO MÉDIO |
| VALÉRIA DE SOUZA EVANGELISTA | PROF. AUXILIAR | ENSINO MÉDIO |
| LEILDA PEREIRA RAMOS | BIBLIOTECÁRIA | ESPECIALISTA |
| SONIA MARIA DA ROCHA FERREIRA | BIBLIOTECÁRIA | MAGISTÉRIO |
| DERNEVAL RABELO | AGENTE/PORTARIA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| EGÍDIO FERREIRA ARAÚJO | AGENTE/PORTARIA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| ANTONIA SANTANA LIMA | COLABORADORA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| DELMA VIEIRA CARVALHO SANTANA | COLABORADORA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| IVONETE GONÇALVES BASTOS | COLABORADORA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| MARIA GINALVA CARVALHO DA SILVA | COLABORADORA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| ROSÁLIA CORDEIRO DA SILVA | COLABORADORA | ENSINO MÉDIO |
| SIDNALVA M. DOS SANTOS SOARES | COLABORADORA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| SILENE PEREIRA DOS SANTOS | COLABORADORA | ENSINO MÉDIO |
| SUELI GONÇALVES FRANCO SILVA | COLABORADORA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| ANA ISMÉRIA PEREIRA DOS SANTOS | MERENDEIRA | ENSINO MÉDIO |
| JERUSA CARVALHO TEIXEIRA | MERENDEIRA | ENSINO MÉDIO |
| MARIA NAZARÉ ARAÚJO LAURINDA | MERENDEIRA | MAGISTÉRIO |
| MARIA CRISPINA PEREIRA DOS SANTOS | MERENDEIRA | ENSINO MÉDIO |
| SILVANETE DE SOUZA PEREIRA | MERENDEIRA | ENSINO FUNDAMENTAL |
| VALDIONE DA CONCEIÇÃO | MERENDEIRA | ENSINO FUNDAMENTAL |

1.2 Perfil Identitário

2.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

A função social, da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, reside em assegurar um ensino de qualidade capaz de formar integralmente cada criança que adentra os muros da nossa escola. Buscamos ainda ofertar um ensino capaz de contribuir com o desenvolvimento pleno de suas potencialidades nos mais diferentes aspectos, desde os aspectos intelectuais até os aspectos sócio-emocionais e físicos.

Assim, trabalhamos em prol do desenvolvimento de cada educando, tanto no que diz respeito ao acesso a cada etapa de ensino de forma positiva e gradativa, quanto no que diz respeito aos conhecimentos pra vida em sociedade e para as demandas que surgem com os adventos da atualidade.

Desta forma, buscando formar crianças capazes de respeitar seus colegas, e consequentemente as demais pessoas a sua volta, buscando formar crianças capazes de opinar e participar da construção do seu próprio aprendizado, despertando em cada uma delas a percepção sobre si mesma, tornando-as mais autônomas e colaborativas.

De tal forma, a **Missão** da nossa escola reside primeiramente na formação integral de cada educando; no fomento de um ensino pautado nos preceitos da diversidade, que seja capaz de incluir cada educando com suas demandas e particularidades; que nossa escola seja um ambiente acolhedor e humanizado, para que cada educando se reconheça como agente fundamental do desenvolvimento do nosso trabalho educativo; além de fomentar e incentivar a formação continuada dos nossos docentes com o intuito de propor um ensino cada vez melhor e adequado às novas demandas curriculares e pessoais das novas gerações.

Nossa **Visão** pauta-se em alcançar uma educação de excelência através da promoção do desenvolvimento pleno dos nossos educandos com reflexos positivos, não apenas nos instrumentos avaliadores externos e internos, mais também no desenvolvimento cognitivo e pessoal das nossas crianças, desejamos portanto, tornar a Escola Érico em um espaço de fato capaz de transformar e estimular os nossos educandos através da criatividade, da ludicidade, do brincar, instruindo-os a construir sua própria história com autonomia e responsabilidade.

Os **Valores** da nossa Escola ancora-se na adoção de ações democráticas, éticas, justas e humanas, ações que perpassam desde a recepção dos nossos alunos no portão da escola até à sua estadia na sala de aula e demais ambientes que compoem a estrutura física e pessoal da nossa escola; prezamos pela humildade para ensinar e aprender, buscando valorizar as particularidades e especificidade de cada educando; prezamos também pelo trabalho em equipe e respeito mútuos, buscando ouvir as demandas de cada integrante que forma o nosso recurso humano; e por fim prezamos pela valorização dos nossos profissionais, que trabalham em busca de resultados eficientes e eficazes em prol do desenvolvimento de um ensino de qualidade.

1.1.2. Características e Finalidades

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão oferece o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, com turmas do 1º ao 5º Ano. As crianças possuem faixa etária entre 06 e 14 anos, a maior parte residente na sede do município e uma pequena parcela são provenientes da zona rural.

No público, é natural encontrarmos crianças com realidades sociais, afetivas e cognitivas bem variadas, fato que reflete direta e/ou indiretamente na vida escolar das nossas crianças. Percebe-se a existência de índices de distorção idade-série, visto a escola contar com crianças de idade até 14 anos.

O trabalho educacional está estruturado em dois ciclos: Ciclo da Alfabetização – alunos do 1º e 2º Ano, orientados pela coordenadora Nádia Cristina dos Santos Reis Souza e Ciclo da Aprendizagem – 3º ao 5º ano, orientados pela coordenadora Maria Nilzete Braga da Paixão Araujo. Essa estruturação além de facilitar o trabalho pedagógico também facilita a organização durante o recreio e atividades variadas no pátio da escola.

A participação das famílias na escola ainda é muito baixa, porém pretendemos no ano de 2023 desenvolver ações internas com o intuito de aproximar e fortalecer a parceria entre a escola e a família, pretendemos realizar encontros mensais intitulado “Escola de pais/responsáveis”, com o intuito de informá-los e orientá-los da melhor forma possível em como estes podem ajudar e colaborar com o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, enfatizando sempre a importância do papel da família no desenvolvimento de cada trabalho realizado pela escola.

Nossa escola está vinculada à Secretaria Municipal de Educação a qual fomenta e fortalece o nosso funcionamento, recebemos apoio também da Secretaria de Saúde, sempre presente na realização dos projetos voltados para a saúde dos alunos e da Secretaria de Desenvolvimento Social com o fornecimento de leite, através do programa de alimentos Paa-leite, atendendo as crianças de até sete anos. A escola ainda conta com apoio do Conselho Municipal Escolar sempre atuante e colaborativo, e o Conselho do Caixa Escolar que se faz muito significativo na tomada de decisões financeiras, contribuindo com a transparência financeira da nossa escola.

Em virtude de cada elemento aqui evidenciado, buscamos sempre a realização de um trabalho pautado no desenvolvimento de uma educação de fato humanizada, que tenha por finalidade a formação integral dos nossos educandos, buscando a promoção de um espaço cada vez mais acolhedor e inclusivo tendo em vista as demandas e especificidade de cada aluno, enfatizando e valorizando das ações proveniente da realização do trabalho baseado nos aspectos advindos da cooperação e da solidariedade, refletindo no desenvolvimento de atitudes práticas que produzem ensinamentos para o bem viver.

2.2. Linha do Tempo: História Institucional

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão foi fundada pelo Prefeito Armando Sofia Brandão, a partir da necessidade apresentada pela comunidade. Sua primeira denominação foi Grupo Escolar Érico Sofia Brandão. Fundada pelo Decreto nº 269/1987, foi inaugurada no dia 13 de setembro de 1987. Na oportunidade, o Sr. Prefeito Armando Sofia Brandão estava acompanhado por Vereadores, Secretários Municipais, Diretores, Orientadora, Professores, demais autoridades e o público em geral.

A Instituição de Ensino começou a funcionar com cinco salas de aula onde estudavam 220 crianças nos turnos matutino e vespertino. Era ofertado o curso de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental de 08 anos. Porém, com o aumento da demanda de alunos, tornou-se necessário várias reformas e ampliações ao longo dos anos. A primeira diretora foi a Sr.^a Maria Terezinha Reis de Oliveira que tomou posse no dia 14 de setembro de 1987, conforme Decreto nº 270/87 da Prefeitura Municipal de Anguera, sendo o então Secretário Escolar, o Professor Israel Lima dos Santos Filho.

O Patrono da Escola, Érico Sophia Brandão, nasceu em 14 de julho de 1937, no município de Anguera, filho de Maria da Glória Brandão e Antônio Sofia Brandão. Érico estudou na Escola Felisberto de Carvalho, localizada na antiga Rua das Flores, hoje Avenida Edvaldo Brandão Correia. Nessa escola só havia da 1ª à 5ª Série do Ensino Fundamental.

Portanto, para prosseguir os estudos, Érico teria que se deslocar até Feira de Santana, mas sem condições financeiras para dar segmento nos estudos, optou por ingressar na vida comercial, tornando-se empresário local conhecido e respeitado por todos. Érico Sophia Brandão faleceu aos 42 anos, no dia 21 de junho de 1980, vítima de um grave acidente de carro na cidade de Feira de Santana, deixando viúva a Sr.^a Lúcia Boaventura Brandão com quem teve 03 filhos.

Atualmente a Escola Municipal Érico Sofia Brandão possui 14 salas de aulas; 01 cantina; 01 refeitório, 04 banheiros, 01 sala do Professor, 01 Sala de Leitura, 01 Secretaria Escolar, 01 Diretoria, 01 salão coberto, 01 sala para Laboratório de Informática, 01 cozinha e 01 refeitório. Conta ainda com os recursos humanos que formam uma rede de apoio, interna e externa, capaz de fomentar o funcionamento da nossa escola, construindo uma história pautada na construção dos diversos tipos de saberes.

1.3 . Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

Concebemos a Avaliação Institucional como um mecanismo de reflexão, não apenas no sentido de avaliar os níveis qualitativos e quantitativos dos conhecimentos já obtidos por nossos educandos, mais utilizamos-as também para refletir sobre o desenvolvimento do nosso trabalho educacional, desde os aspectos metodológicos adotados em sala de aula até os aspectos que envolvem a elaboração dos nossos currículos.

Assim, a Avaliação Institucional é um instrumento de reflexão que permite a escola avaliar o desenvolvimento dos alunos em diversos âmbitos e autoavaliar-se, possibilitando a busca por caminhos que levam a educação rumo ao sucesso. Para Lück (2012, p. 37):

A avaliação é um processo de inquirição, observação e coleta de dados, registro, análise e interpretação da realidade, realizado com o objetivo de conhecê-la, para dar-lhe encaminhamento mais efetivo. A avaliação é própria das ações intencionais de investigação e inerente a elas, e se constitui na adoção de métodos por questionamentos e envolve inquirir, perguntar, investigar.

Tendo em vista a necessidade e a importância das avaliações externas diante do atual contexto histórico elencamos abaixo os diversos programas que fazem parte do nosso quadro avaliativo, são eles:

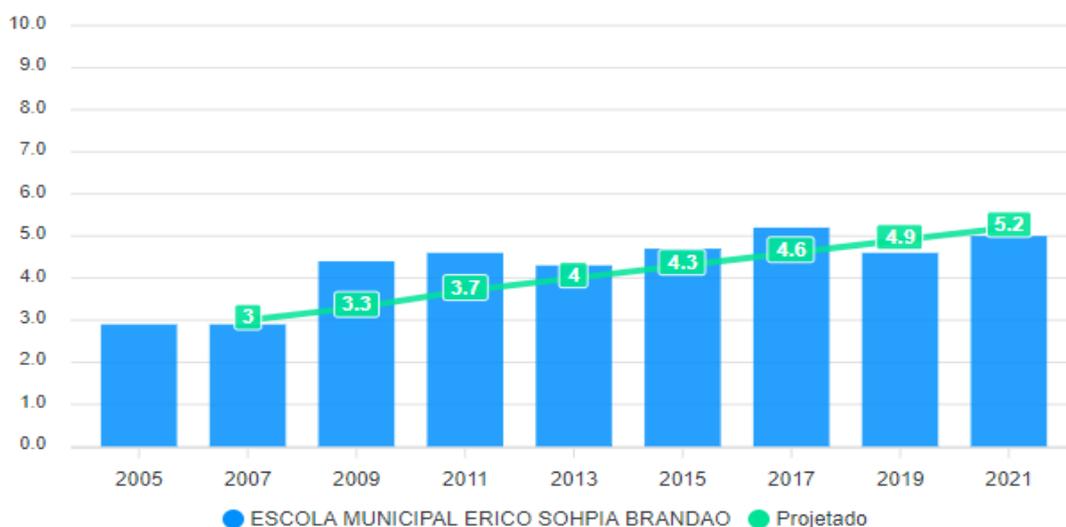
IDEB (Índice de Desenvolvimento Educacional Brasileiro)

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criou em 2007 o IDEB, um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Saeb) com informações sobre rendimento escolar, com o intuito de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para melhorar a qualidade do ensino.

Observa-se nas tabelas abaixo que a Escola Érico teve um desempenho crescente entre o ano de 2009 a 2017, porém sofreu queda em 2019, não atingiu a meta, já no ano de 2021 teve um desempenho crescente. Assim, pontuamos a necessidade de estabelecer ações que resulte em resultados significativos no ensino e no aprendizado, pois temos como objetivo a oferta de uma educação de qualidade.

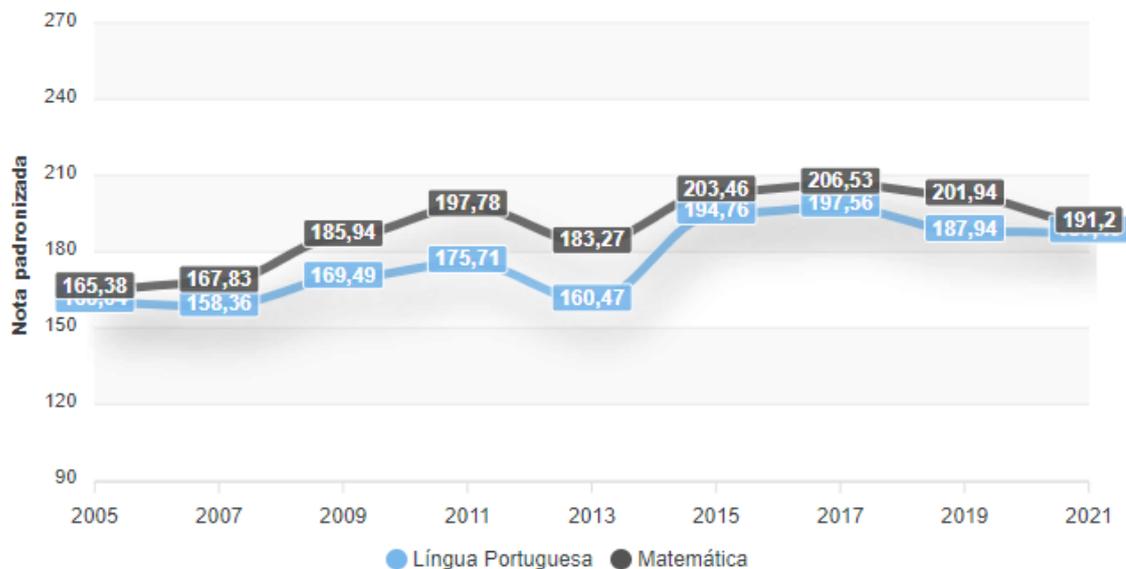
Abaixo segue os dados obtidos através dos instrumentos externos que avaliam o desempenho educacional da Escola Érico:

Evolução do IDEB



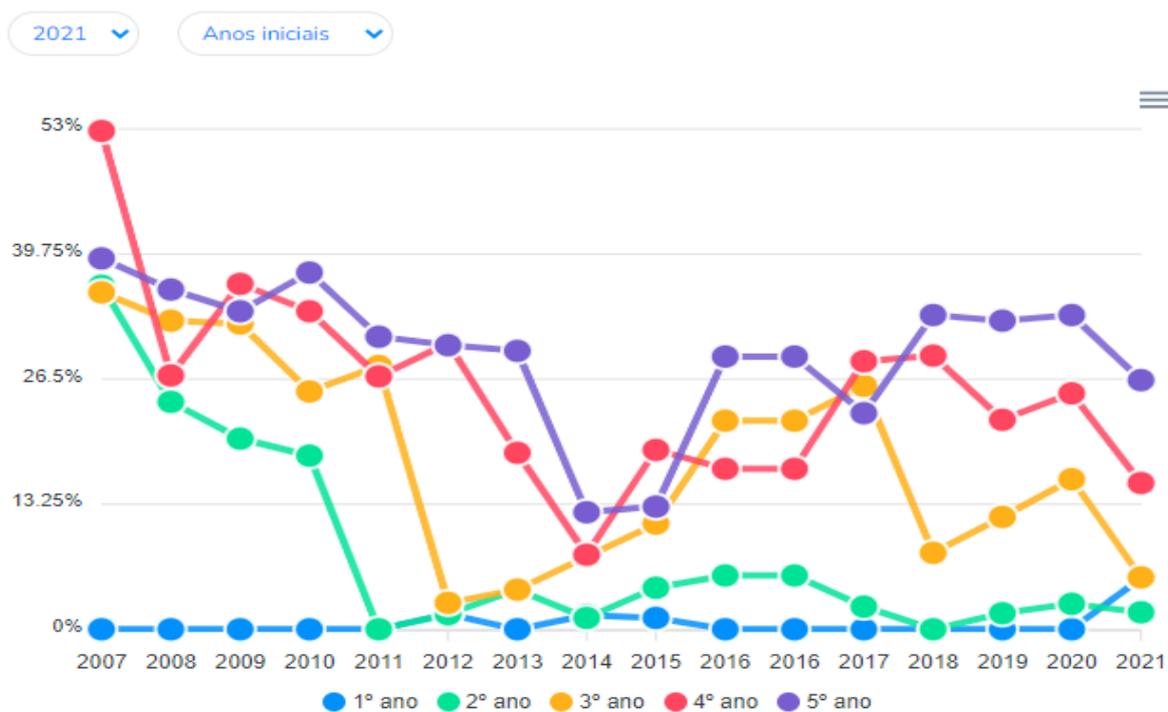
Fonte: QEDU, 2022

Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática



Fonte: QEDU, 2022

Distorção Idade-Série



Fonte: QEDU, 2022

Taxa de Rendimento

2021 ▼

| | Reprovação | Abandono | Aprovação |
|---------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Anos iniciais | 0,0% sem dados | 0,3% sem dados | 99,7% sem dados |

Fonte: QEDU, 2022

Deve-se considerar que o ano de 2021 foi um ano letivo atípico, em decorrência dos diversos problemas decorrentes da pandemia desencadeada pela COVID-19, para suplantar as diversas dificuldades, foi preciso desenvolver ações educacionais voltadas para a promoção do ensino e da aprendizagem.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

Concebemos o Ser Humano como um ser histórico e cultural, carregado de experiências e vivências que fundamentam a sua identidade, além dos processos constantes de transformação de si e do mundo a sua volta. Assim, nossos costumes, hábitos, comportamentos e conduta vão se moldando ao longo do tempo e do convívio em meio a sociedade da qual fazemos parte.

Nesse sentido, nossa escola enquanto espaço etnoformativo possui papel extremamente importante na participação da formação dos nossos educandos, formação que ultrapassa os limites que permeiam a aprendizagem voltadas para os objetos dos conhecimentos, adentrando no campo dos aprendizados sobre si e sobre o outro, criando fundamentos que possibilitem uma vida em sociedade pautados no respeito e nas práticas do bem viver.

Possuímos em nossa escola uma demanda grande de alunos e para atender a todos da melhor forma possível buscamos trabalhar o respeito bem como a valorização dos saberes e das vivências de cada educando, criando espaços e atividades dialógicas com o intuito de formar uma rede de apoio também na sala de aula, mostrando para nossos alunos, que eles também são autores do processo de ensino e aprendizagem, e que sem eles a escola não existiria.

Libâneo (1994, p.17) enfatiza que:

Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social.

De tal forma, prezamos por uma prática pedagógica que busque desenvolver o educando de forma integral, contribuindo para que estes se tornem agentes ativos das práticas sociais desencadeadas dentro e fora do ambiente escolar, contribuindo sempre com o desenvolvimento de competências e habilidades que ultrapassam os conhecimentos pertencentes ao campo científico, adentrando também no desenvolvimento dos conhecimentos inerente as competências socioemocionais prescritas pela BNCC.

Muitos dos nossos alunos vêm de famílias com baixo nível de escolaridade, com renda familiar baixíssima e até apresentam falta de apoio familiar no cumprimento de algumas demandas escolares, fatos que tendem a refletir de maneira significativa no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e até comportamental de algumas crianças em nossa escola.

Assim, a escola se encontra atualmente em processo de reflexão, com foco na formação continuada dos professores com o intuito de atender tais demandas e sanar determinadas fragilidades, além das reflexões em torno da implementação de alguns projetos e programas que possam auxiliar estes alunos e suas famílias, buscando a melhoria e a integração de todos os educandos, assegurando assim os seus direitos a uma educação digna e de qualidade.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 62) enfatiza que:

A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.

É com base nos preceitos estabelecidos acima pela BNCC, que nossa escola trabalha em prol de uma educação que reflita de fato na construção de uma sociedade anguerense cada vez mais instruída intelectualmente e socialmente, tendo em vista as novas demandas decorrentes não apenas do nosso município em si mais também do mundo.

Além disso, trabalhamos em prol da promoção de uma sociedade cada vez mais capacitada para o mundo do trabalho, mesmo se tratando dos Anos Iniciais do ensino fundamental, buscamos inserir nossas crianças de forma dinâmica e lúdica nos processos inerentes ao mundo do trabalho, apresentando-lhes as profissões e sua importância para o bom funcionamento da sociedade.

Assim, a Escola Érico articula a integração entre os objetos do conhecimento pré-estabelecidos pelos documentos curriculares referenciais aos conhecimentos inerentes à vida em sociedade, em prol da construção de uma sociedade cada vez mais justa, no sentido de promover a melhoria social de todos os sujeitos que adentram os muros da nossa escola e não apenas das classes sociais mais abastadas.

Aliado a concepção acima, estimulamos a valorização dos aspectos particulares que dizem respeito a nossa cultura local e global, apresentando suas especificidades e importância frente às crenças de cada povo (etnia), ressaltando a relevância de imprimir atitudes respeitadas tanto em relação a sua própria cultura quanto a cultura do outro.

Assim, trabalhamos com a promoção de projetos com temáticas voltadas para a cultura local presente em nosso município, como as festas de vaqueiro, a história identitária e emancipatória do nosso município, a cultura do trabalho colaborativo (digitório) durante o período do plantio e da colheita em nossa região, as comidas típicas, os festejos municipais (Aniversário da cidade, festejos religiosos, festejos junino etc.), dentre outras particularidades.

Para além das temáticas culturais internas, buscamos apresentar também as particularidades de culturas outras (cultura dos povos originários, dos quilombolas, dos ocidentais, orientais etc), para que nossos alunos trabalhem de forma prática a comparação entre suas vivências e as vivências de outros sujeitos presentes no globo.

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

A concepção de Educação Integral, compreendida por nossa escola, é que esta seja uma aprendizagem para a vida, e que possa garantir o desenvolvimento para além da capacidade cognitiva, envolvendo também os aspectos: corporais, emocionais, sociais, intelectuais e culturais, tornando o educando produtor de significados.

A escola precisa ter uma prática pedagógica que insira a criança nas mais variadas atividades, capazes de desenvolver suas potencialidades, compreenda suas necessidades e possibilite a descoberta de novas aprendizagens. Nesse contexto o Documento Curricular Referencial do Municipal de Anguera (2022, p. 75) ressalta que:

Logo, é necessário pensar uma prática pedagógica comprometida com ações que possam englobar os diferentes aspectos de formação da criança, compreendendo suas necessidades, possibilidades e desejos.

Assim, buscamos direcionar nossos alunos a formular e resolver problemas, criar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas, inclusive tecnológicas, utilizar conhecimentos de linguagem diversificada e com eles, produzir sentidos que levem ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido a (BRASIL, 2018, p. 14) pontua que:

[...] a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

No pensamento de uma educação pautada na construção de conhecimentos, nossa escola se fundamenta em tendências pedagógicas que possam propor mudanças, transformando as práticas educativas em ações efetivas para que o ensino consiga transpor as dimensões do espaço escolar, assim, a Escola Érico tem como concepção pedagógica as teorias Histórico-Crítico, a Sociocultural e a Renovada não Diretiva.

A pedagogia Histórico-Crítica evidencia um método diferente de trabalho, especificando-se em passos importantes para o desenvolvimento do aluno, são eles:

- ✓ Prática social inicial: O professor e o aluno utilizam a suas bagagens culturais dentro da escola;
- ✓ Problematização: descobrir que problemas precisam ser resolvidos no âmbito da prática social e qual conhecimento é necessário dominar para resolver;
- ✓ Instrumentalização: apropriação dos conhecimentos da cultura, essencial à luta social, pela população mais carente, que busca liberta-se das condições de abuso em que vivem;
- ✓ Cartase; é a incorporação dos instrumentos culturais, transformando assim em elementos ativos de transformação social;
- ✓ Prática social final: a nova postura que o educando deve assumir perante a sociedade.

Na abordagem sociocultural, as ações educativas incluem à educação formal processo amplo de ensino e aprendizagem, inserido os aspectos inerente à sociedade. Assim, as metas educacionais são determinadas a partir da realidade do contexto sócio-histórico no qual estão inseridos nossos alunos.

A partir dos elementos inerentes da Concepção Renovada Não Diretiva, adotamos didáticas pautadas na construção de atividades que envolvam os educandos de forma ativa, no qual os mesmos se colocam como sujeito tando do processo de ensino quanto dos processos de aprendizagem, pois um não se dá sem o outro.

Dessa forma, levamos em consideração os interesses dos nossos educandos, colocando em evidência a importância da sua participação no desenvolvimento das aulas e dos processos de desenvolvimento educacional. O professor, por sua vez, deve criar estratégias capazes de mobilizar os educandos a buscarem mecanismos que os levem a obtenção dos conhecimentos necessários ao seu próprio desenvolvimento. Ressaltando que, as situações de aprendizagem organizadas pelo docente devem ser adequadas às capacidades e características individuais de cada educando.

Nossa concepção filosófica pauta-se nos preceitos do nosso patrono Paulo Freire, dos educadores José Carlos Libâneo e Dermeval Saviani com o intuito de promover uma educação pautada na estética, na ética e na reflexão constante de cada processo

realizado no ambiente escolar para que possamos ofertar um ensino cada vez melhor e facilitador do ato de aprender, criando meios e condições para que nossos educandos obtenham êxito em cada demanda ou adversidade da vida, tornando-se sujeitos autônomos, críticos, conscientes e transformadores de si e do mundo que o compreende.

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

A influência da ciência e da tecnologia em nossas vidas além da rapidez com que surgem as inovações nesses campos, vem despertando um intenso debate acerca de tais ensinamentos. A escola em comunhão com o trabalho docente devem proporcionar aos educandos um ensino atualizado, dinâmico e inovador, tendo em vista a complexidade e as diversas demandas decorrentes das atualidades que giram em torno dos estudos científicos e tecnológico.

O professor, deve ainda ofertar ensino de qualidade, dinâmico mediados por métodos capazes de despertar o interesse e a criatividade dos nossos educandos, com o intuito de proporcionar a construção do conhecimento científico. Para tanto, temos consciência de que nossa escola precisa trabalhar em parceria com demais órgãos para fomentar a formação continuada dos nossos docentes para que estes se capacitem e possam ofertar um ensino de fato eficiente.

Assim, cada dia que passa, a escola precisa integrar os conceitos sobre as novas tecnologias na sala de aula com o intuito de ampliar o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, possibilitando o enriquecimento das práticas pedagógicas. Computadores, Internet, vídeo, data-show, câmera digital, laboratório de informática e outros devem estar presentes no dia-a-dia dos educandos, seja através de aulas dinâmicas, seja através de pesquisas que estimulem o uso de aparelhos tecnológicos.

Com base no entendimento acima, pontuamos que a ciência e a tecnologia devem ser usadas pela escola como veículo de conhecimento, e nesse sentido Ciavatta (2006, p. 13) afirma que:

Esse fato nos coloca diante de três exigências nos processos educacionais: primeiro, a científica, a proximidade com a ciência e a tecnologia, que nos permitem conhecer fatos como esse e manipular instrumentos que proporcionam conhecimentos e ações impensáveis para gerações passadas. Segundo, uma exigência ética, a interação do homem com a natureza está produzindo transformações de alcance imprevisíveis e parece que está se rompendo gradativamente o equilíbrio interativo que permite a sobrevivência humana. Por

último, a educacional, a formação humana de crianças, adolescentes e jovens para o mundo de hoje exige domínio de conhecimentos globais das ciências, das tecnologias e a socialização para uma convivência com o planeta e a humanidade, de modo a preservar a vida.

A infinita capacidade de criação tecnológica impõe novos desafios a toda humanidade, gerando a necessidade de nos adaptarmos e aprendermos com o advento das inovações nos espaços educativo e para além dele. A partir do pressuposto de nos integrarmos à essa sociedade tecnológica, podemos destacar que a escola é um dos maiores meios de atualização e expansão do conhecimento.

2.4. Concepção de Currículo

Concebemos o currículo como o caminho que será trilhado pelo professor e conseqüentemente por cada aluno durante o percurso de cada ano letivo com metas e objetivos pensados e elaborados conforme as demandas de cada turma, com o intuito de alcançar o desenvolvimento positivo tanto do ensino quanto do aprendizado de cada educando.

O currículo é, portanto, um guia para a realização dos objetivos propostos pela escola, um documento vivo e inacabado, construído por meio de debates pela equipe escolar, podendo sofrer alterações considerando as necessidades dos alunos que estão em formação, considerando sua bagagem cultural, levando em conta muitos fatores como: classe social, gênero, família, etnia, dificuldades de aprendizagem e até mesmo fatores emocionais, buscando contribuir com a formação de cada crianças.

Assim, fundamentamos a nossa concepção no Documento Curricular Referencial da Bahia (2020, p. 37) destaca:

[...] a Bahia tem como compromisso apresentar um Referencial Curricular que considere o contexto sócio-histórico e as múltiplas identidades culturais das comunidades, na perspectiva de valorizar os conhecimentos tradicionais do seu povo, incentivar e potencializar as produções de conhecimentos elaboradas pelas unidades escolares de todos os Territórios de Identidade do Estado, para garantir o direito de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes, transformando realidades e fazendo valer a justiça social com mais igualdade de oportunidades.

Para a consolidação destes saberes, toda prática educacional proposta pelo currículo está bem estruturada, viabilizando a contextualização e a interdisciplinaridade, garantindo um elo entre as áreas do conhecimento.

2.4.1 Fundamentos do Currículo

O currículo escolar é um dispositivo impregnado de significados histórico, cultural, social e político, por isso, o currículo não pode ser pensado apenas como uma organização burocrática do fazer pedagógico, deve compreender além do seu papel fundamental no desenvolvimento do processo educacional, os preceitos que fomentam uma educação integral dos nossos educandos, adentrando no campo da formação humana.

Pautados, no Artigo 13, Portaria SEC Nº 02/2020, destacamos que o nosso currículo elenca os seguintes pontos:

[...] o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

Portanto, nossa escola concebe um currículo que se transforma em detrimento das necessidades que vão surgindo mediante as interações dos alunos na sala de aula e até das demandas que surgem do próprio contexto, fundamentando os objetos dos conhecimentos descritos pelos documentos curriculares referências às vivências práticas de cada educando, possibilitando a formulação de sentido daquilo que está sendo ensinado.

2.4.2. Princípios do Currículo

O processo de ensino engloba os objetos de conhecimentos científicos, literários, artísticos e humanísticos realizados pelo professor e este deve em sua prática pedagógica elaborar planos de estudos, observando a capacidade de desenvolvimento de cada educando através da idade e dos estágios de desenvolvimento intelectual, estabelecendo vínculos entre os objetos de conhecimento e a sua experiência devida, objetivando alcançar progressivamente a aprendizagem.

O professor deve ainda, constantemente, empenhar-se em despertar o interesse de todos, através de aulas ricas em recursos didáticos, dinâmicas, lúdicas e convidativas, por meios de oficinas, projetos etc. Cabe ao professor estimular e mediar a

participação dos alunos nas aulas para que os mesmos se tornem agentes ativos do seu do conhecimento intelectual.

É através da diversificação das atividades que tanto o ensino quanto a aprendizagem devem ser avaliadas, buscando meios para corrigir as dificuldades apresentadas e solucionar os impasses que surgem na sala de aula. Esta avaliação deve ser contínua, objetiva, subjetiva e ao final de cada etapa do ano letivo, objetivando alcançar a aprendizagem desejada.

A este respeito, Libâneo (1994, p. 201) destaca que “todas as atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos e visam diagnosticar como a escola e o professor estão contribuindo pra isso.” Assim, nossa escola não é apenas um veículo de apresentação dos conhecimentos teóricos e científicos, pois buscamos associar e englobar em nosso currículo os conhecimentos inerentes à vida em sociedade.

Dessa forma, articulamos Projetos de valores de transformação social que trabalham princípios éticos de autonomia, empatia, solidariedade, cooperação, respeito, responsabilidade que fundamentam o currículo escolar, na perspectiva de assegurar uma aprendizagem para o bem comum.

2.5. Concepção de Gestão Democrática

Uma gestão democrática escolar tem como pressupostos fundamentais a participação efetiva de toda comunidade escolar, respeitando as diferenças de opiniões, a transparência de informações e de tudo que circule no espaço escolar, criando desta forma, um consenso entre os colaboradores da escola, na qual o gestora escolar tem o papel de orientadora das ações.

A democracia escolar é um fundamento legal da Educação e está amparada pela LDB-9394/96, que estabelece em seu artigo 14 as seguintes determinações:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, s/p).

Com base nos princípios estabelecidos pela LDB, a gestão escolar da nossa instituição atua de forma democrática, envolvendo toda comunidade escolar no processo de reelaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico e na participação das tomadas de decisões, colocando em voga suas ideias, contribuições em determinadas situações e valorizando o trabalho em equipe com o propósito de obter êxito, tanto no desenvolvimneto do ensino, quanto no desenvolvimento da aprendizagem.

É preciso que o diretor esteja preparado para atender a todos os problemas que surgem, buscando junto à comunidade a melhoria da escola. Democratizar a educação é tarefa de todos, começa pela família, pela sociedade e pelo governo, no qual o trabalho em equipe deve ser desenvolvido com harmonia e com a participação de todos para que o trabalho possa fluir e alcançar bons resultados.

De acordo com Lück (2009, p. 23):

O diretor escolar é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada. Portanto, além do sentido abrangente, a gestão escolar constitui, em caráter delimitado, a responsabilidade principal do diretor escolar, sendo inerente ao seu trabalho a responsabilidade maior por essa gestão.

A Escola Érico tem como objetivo a excelência, através de uma educação voltada não apenas para o desenvolvimento dos objetos de conhecimento, mais também para uma visão do mundo que a cerca, desse modo, buscamos constantemente meios de integrar os educandos à comunidade através de projetos que viabilizem essa aproximação entre a escola e a comunidade.

A Gestão Democrática em nossa Escola preza pela autonomia, descentralização e pela participação da comunidade, visto que, sua jornada perpassa por muitos caminhos com a finalidade de alcançar o crescimento dos profissionais, dos alunos, a valorização da escola, da comunidade e, conseqüentemente, de toda a equipe que está envolvida no processo educacional.

2.6. Princípios Orientadores Da Prática Pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa constitui-se como parte integrante da educação, pois possibilita aos educadores a ampliação do conhecimento melhorando, assim a qualidade do ensino e consequentemente da aprendizagem, colocando em prática um dos princípios da nossa escola, que se fundamenta na promoção do desenvolvimento das habilidades e competências prescritas pelos documentos curriculares referenciais (BNCC, DCRB E DCRMA).

A prática de pesquisar possibilita o desenvolvimento da ação científica, contribuindo, entre outros aspectos, para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem ao longo da vida, pois auxilia no ato de interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e colaborar com novas ideias.

Dessa forma, prezamos pela inserção da pesquisa tanto na fundamentação do trabalho docente quanto na articulação das atividades educativas com o intuito de promover o desenvolvimento da autonomia dos educandos pela busca do conhecimento, seja por meio de livros disponibilizados pela biblioteca do município, seja pelas ferramentas digitais/internet.

Nessa perspectiva, Demo (2011b, pp. 53-54) afirma que:

O importante é compreender que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa [...] Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa [...] Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante.

Compreendemos que o professor deve instigar a curiosidade do aluno, movendo-o a buscar informações e orientá-lo em suas ações para que ele possa desenvolver suas potencialidades no que tange o seu desenvolvimento educacional e pessoal. Assim, o compromisso da escola Érico pauta-se nas ações educativas fundamentadas na interação social, com o objetivo de ampliar e consolidar a construção do conhecimento de forma dialógica e compartilhada, para que os alunos se sintam acolhidos através da escuta além de se sentirem responsáveis pelo desenvolvimento do processos educacional e se tornem mais atuantes na sala de aula.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (2020, p. 234):

Dessa forma, a aprendizagem e sua mediação devem ser pensadas a partir da valoração compartilhada do ato de aprender, porque nem toda aprendizagem é boa e, portanto, deve ser perspectivada como construção socialmente referenciada.

Assim, a escola deve conduzir o aluno a reconhecer-se como sujeito de direitos nos mais variados aspectos, territorial, individual, social, político, econômico ou social, e também como sujeito de deveres, tendo suas experiências ligadas à pesquisa como um fator crucial ao seu desenvolvimento integral.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

A escola érico ao desenvolver o seu trabalho como unidade escolar faz constantemente referência sobre a importância do trabalho na vida do ser humano, pois compreende que a educação é uma ferramenta que habilitará o aluno para o mundo do trabalho, através da obtenção do conhecimento.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cap. IV, art. 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Embasados nesse entendimento, a escola desenvolve ações que possibilitam aos educandos, de forma indireta, refletirem sobre a importância do trabalho na vida do indivíduo. Em momentos oportunos pessoas da comunidade escolar são convidadas para para uma roda de conversa com os alunos, para falar sobre o valor do trabalho em sua vida. São momentos valiosos, de muita interação e aprendizagem para os alunos.

A escola compreende também que comportamentos e atitudes integram a vida do ser humano, dessa forma, a capacidade de se relacionar, lidar com suas próprias emoções e tomar decisões com senso crítico devem ser trabalhados em vista da preparação de um cidadão que futuramente integrará o mercado de trabalho.

Em virtude disso, promovemos atividades em que os alunos são preparados aos poucos para saber se relacionar com o outro, através de trabalhos realizados em grupo ou em dupla, assim acreditamos que irão desenvolver seus níveis de interação e escuta em relação as opiniões do colega, com foco no desenvolvimento de um trabalho colaborativo.

2.6.3. O Respeito à Diversidade

A escola é espaço de promoção da educação e de preparação do indivíduo para viver em sociedade, desfrutando de seus direitos enquanto cidadão e colocando em prática seus deveres enquanto indivíduo atuante e colaborativo em prol da transformação social. Nessa vertente, a escola Érico tem a responsabilidade de fomentar a inserção social de todas as crianças, assumindo uma conduta respaldada nos direitos humanos.

Assim, o trabalho sobre o respeito à diversidade é um dos princípios que faz parte do nosso trabalho educacional, o mesmo está elencado entre as competências gerais da educação básica prescritas pela Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 10) que enfatiza o seguinte:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

O aluno precisa saber que existem diferenças culturais, étnicas, religiosas, entre outras, dessa forma, nossa escola fomenta atividades que fortaleçam o respeito à diversidade presente dentro e fora da sala de aula. Entre essas atividades destacamos as seguintes:

- ✓ Oficinas, dinâmicas e brincadeiras que promovam o diálogo, a integração e o desenvolvimento de valores;
- ✓ Campanhas que tenham o respeito à diversidade como tema;
- ✓ Projeto Identidade, voltado ao incentivo do desenvolvimento da autoestima dos alunos por meio da representatividade;
- ✓ Apresentação de filmes e até mesmo através do nosso projetos de leitura;
- ✓ Palestras e rodas de conversa;
- ✓ Envolvimento da comunidade escolar em ações que exercitem o respeito à diversidade.

Consideramos de extrema importância que, os nossos alunos aprendam desde cedo que existe uma grande diversidade humana e que o respeito devem ser

empregado em qualquer situação da vida. É primordial que cada educando possa se sentir acolhido e que suas diferenças sejam respeitadas por todos.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

3.1. O Planejamento Pedagógico

O planejamento é uma ação fundamental para fundamentar o trabalho do professor, desde a preparação, previsão das atividades didáticas até ao momento de análise e adequação no decorrer da prática docente. Consiste, ainda, em elencar os objetivos a serem alcançados, a fim de garantir a aprendizagem de forma significativa, organizada e intencional. Sobre este assunto, Libâneo (1994, p. 221) pontua que:

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face aos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino.

Em consonância com o pensamento de Libâneo, partimos do conhecimento da realidade dos nossos educandos para construirmos um planejamento adequado as necessidades educacionais de cada um deles, com o intuito de promover um aprendizado de fato eficiente e que os qualifiquem durante as ações pedagógicas, promovendo avanços constantes em cada fase do ano letivo, desenvolvendo assim, de forma dialógica os objetos de conhecimento propostos pelos documentos curriculares referenciais.

Na escola o planejamento é o guia de orientação da prática, sendo a produção da ação pedagógica intencional, assegurando o processo de ensino e de aprendizagem. As Atividades Complementares acontecem na escola, semanalmente, seguindo uma rotina estabelecida desde o início do ano letivo, de forma a contemplar todos os professores, nesse momento, eles realizam o plano de aula, seleciona as habilidades a serem alcançadas, os recursos e procedimentos necessários para a realização e efetivação das atividades.

No momento da Atividade Complementar, com o uso do plano de curso, no qual estão elencadas as habilidades para trabalhar com cada ano, os docentes buscam potencializar tais habilidades de forma dinâmica e lúdica. Os objetos de conhecimento que estão no plano de curso são selecionados, pensando em cada ano/série, pontuando sempre o os objetivos já alcandos e os objetivos que ainda precisam ser consolidados.

É importante enfatizar que, a escola não se restringe apenas ao que está estabelecido no plano de curso, colocamos em voga também as demandas inerentes ao currículo oculto que surgem a partir das necessidades que precisam ser contempladas para o processo de ensino e aprendizagem, de fato aconteçam. Assim, planejamos reconhecendo e valorizando as pluraridades dos nossos educandos.

Desta forma, avaliamos o que deu certo nas aulas anteriores e o que ainda precisa ser qualificado, é uma das características do nosso planejamento. O professor juntamente com o coordenador pedagógico de seu ciclo pensa e busca juntos, selecionar e propiciar aulas dinâmicas, apresentando uma ordem sequencial, com objetividade, coerência e flexibilidade, assegurando a organização do trabalho docente extinguindo a improvisação das aulas e mantendo uma rotina.

3.2. Avaliação para a Aprendizagem

Avaliar é acompanhar o caminho trilhado por cada criança, nas diversas situações durante todas as etapas de cada ano letivo, com o objetivo de favorecer o máximo possível o seu desenvolvimento pleno. A avaliação, realizada em nossa instituição, apresenta-se, portanto, de forma processual, levando em consideração cada aprendizado durante o todo percurso formativo. Servindo de sinalizador para o educador, detectar os avanços e as dificuldades de cada educando, orientando assim sua prática docente, pois oportuniza ao professor diagnosticar se os seus objetivos foram alcançados, permitindo-o fazer inferência nos avanços e nas dificuldades encontradas.

Dessa forma, entendemos que avaliação é prática fundamental para permear e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem em nossa escola. E nessa perspectiva que os professores da Escola Érico trabalham com os seguintes tipos de avaliação: avaliação diagnóstica, permitindo conhecer o estágio de desenvolvimento de cada educando; avaliação formativa em que não devolve só a nota, mas sim, reflexões juntamente aos alunos que ajudam a verificar os acertos e os erros, acompanhando as aprendizagens e os deficits.

Buscamos no decorrer do ano letivo realizar tarefas avaliativas, como: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa, na forma de coletas de dados sobre o rendimento dos alunos, (2º, 3º, 4º e 5º anos) através dos seguintes

instrumentos: provas, testes, atividades e através da observação do desempenho cotidiano entre outras.

Os alunos do 1^a ano são acompanhados por meio de pareceres descritivas e fichas conceituais que dizem respeito sobre o nível de aprendizagem de cada educando, além das observações diárias através das atividades realizadas em cada etapa do ano letivo, integrando o processo avaliativo. Buscando não apenas acompanhar qualitativamente, mais principalmente auxiliar cada criança com intervenções didáticas específicas que contribua para o desenvolvimento dos nossos educandos.

Já para os alunos do 2^a ao 5^a ano do Ensino Fundamental, a avaliação acontece por etapas com o uso de vários instrumentos avaliativos, atribuindo nos diversos momentos do processo de ensino tarefas de avaliação como: a verificação, a apreciação qualitativa e a quantificação.

Ao término das duas primeiras etapas letivas é realizado plantão pedagógico com os professores e a família, com o objetivo de contar com o apoio e a parceria da mesma, e ao mesmo tempo compartilhar os avanços e as dificuldades dos alunos na respectiva etapa finalizada.

Porém a cada ano e com os avanços educacionais, necessitamos inovar os instrumentos avaliativos de verificação do rendimento escolar, além da observação, testes, provas, entrevistas, seminário, entre outros, acreditamos que será necessário buscar novos instrumentos avaliativos mais criativos e modernos, avaliando a aprendizagem dos alunos, subsidiando a decisão da melhoria e qualificação da aprendizagem.

3.3. Os Temas Integradores

3.3.1. Educação em Direitos Humanos

Educação em direitos humanos é um tema que deve ser debatido no contexto educacional, com vista em informar, instruir, e garantir a disseminação desses direitos a todos os estudantes, utilizando metodologias inovadoras e dinâmicas, tendo em vista o nosso público infantil. Concebemos a escola como um local apropriado para configurar a promoção de debates sobre essa temática de suma importância na vida das nossas crianças.

Pretendemos trabalhar com a ampliação e a promoção de um Projeto voltado a referida temática com a intenção de adequar o nosso currículos as novas demandas prevista pelos documentos curriculares referenciais. Assim, buscaremos promover um diálogo, fomentando o acesso a informações que dizem respeito ao tema voltado especificamente ao nosso publico infantil.

Para isso, promoveremos o acesso às crianças aos materiais informativos sobre seus direitos e deveres que permeiam desde o ato de brincar até o acesso aos serviços públicos de qualidade como: educação, saúde, moradia, alimentação etc, buscando promover o acesso as informações inerentes a cada cidadão.

Nessa perspectiva, almejamos mediante as atividades escolares, propiciar aos alunos momentos, em que eles possam ter acesso a informações sobre o tema, através do Projeto Direito da Criança, com atividades lúdicas, utilização de vídeos, recortes do ECA, assegurando assim o direito à informação e ao conhecimento. Promovendo situações de aprendizagem contextualizadas e práticas, inerente a vida em sociedade. A temática também será abordada, partindo dos acontecimentos e problemas que por vezes podem surgir na sala de aula mediante algum tipo de conflito.

É importante mobilizar a comunidade escolar para que de fato possamos usufruir de uma educação para todos, não discriminatória e democrática, valorizando a consciência política e cidadã do sujeito da aprendizagem.

3.3.2. Educação para a Diversidade

Pode-se dizer que a escola inclusiva é aquela que aceita e acolhe todas as crianças independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, intelectuais entre outras. Assim, o nosso papel principal é desenvolver ações pautadas sempre no respeito, conscientização e valorização, para que possamos ser de taf uma escola inclusiva, capazes de educar e transformar a realidade.

A comunidade escolar vem trabalhando para incluir o tema nos planejamentos e por meio do Projeto Educação e Diversidade que será implementando no ano de 2023, pretendemos colocar em prática os preceitos que fomentam a prática do tema em nossa escola. Assim, pretendemos iniciar pela explanação do conceito de diversidade cultural e adentrar na diversidade presente em nosso ambiente escolar, mostrando que somos todos diferentes e dignos de amor e respeito.

Precisamos elencar com maior precisão cada ponto e métodos que fundamentará a aplicação prática do nosso projeto na escola, promovendo e adequando o nosso currículo as prescrições do DCRM de Anguera.

3.3.3. Educação para o Trânsito

A educação para o trânsito é muito importante para a preservação à vida, e isso é sistematizado através do comprometimento e a conscientização dos alunos na utilização correta ao atravessar a rua e se locomover de um lugar para o outro. É função da escola promover essas informações, criando debates em torno da prevenção de acidentes e atenção ao trânsito.

Apesar do município ter um trânsito pacífico com relação ao movimento de carros, ainda assim, temos a necessidade de debater o tema na escola, visto da sua importância para preservação da vida. Visando o progresso das aprendizagens, no desenvolvimento e a ampliação de informações, busca-se despertar em cada educando o cuidado e a atenção no trânsito, conscientizando-os, para que possam conviver com tranquilidade e segurança.

A este respeito, o DCRM de Anguera (2022, p. 54) aborda que:

Dentro desse tema Integrador é necessário chamar atenção para as estatísticas dos acidentes de trânsito, tais como também para a violência que alarmada mente cresce, fazendo assim que o percentual de mortes entre crianças e adolescentes seja assustadoramente ascendente.

Em consonância com a menção trazida pelo DCRM, pretendemos utilizar metodologias dinâmicas e lúdicas além de alguns recursos tais como: notícias locais e globais, respeitando a faixa etária da criança, textos informativos, realização de pesquisas voltadas para os diversos tipos de sinais de trânsito, entre outros além da realização de atividades práticas e simulativas, dentro e fora do contexto escolar, enfatizando a importância de conhecermos acerca dos sinais de trânsito, respeitar a faixa de pedestre e prestar atenção as sinalizadas nas cidades com trânsitos mais intensos.

Nosso projeto será intitulado, “O trânsito aqui e ali”, com foco nas especificidades locais mais também nos aspectos gerais das grandes cidades, a exemplo de Feira de Santana, tendo em vista que é a cidade maior e mais próxima do nosso município.

3.3.4. Saúde na Escola

A criança é um ser que participa e vivencia de situações diversas em sociedade, sendo influenciada a todo o momento, inclusive pela temática da saúde, tanto individual como coletiva. E como a saúde trata-se de um direito de todos, e em decorrência da sua importância o tema sempre fez parte do nosso currículo, de uma forma bastante intensa, abordado em diversas disciplinas.

Os PCNs preveem que os conteúdos de saúde sejam integrados aos demais conteúdos, em uma relação de transversalidade, para que a prática educativa seja impregnada pelo tema, de forma global e abrangente. Dessa forma, a escola trabalha de maneira intencional sobre a temática, saúde, de forma interdisciplinar, pois ensinar abrange todo o resto que vai desde a explanação sobre os objetos de conhecimento trabalhados até os assuntos relacionados a vida. A saúde é um tema mais que necessário para ser debatido e esclarecido na área educacional, portanto posto em ação na escola.

Desenvolvido de forma interdisciplinar com o Projeto Institucional de Leitura; também com ações da Equipe Saúde na Escola; e o projeto Alimentação Sádavel. Todas essas propostas compartilham e traçam estratégias; levantam diferentes fontes de pesquisa; socializam saberes; desenvolvem atitudes conscientes, contribuindo com os avanços significativos e influenciam na rotina diária dos estudantes, e juntamente com a família são observados através de relatos, mudanças de hábitos que levam a cuidar mais da saúde.

Com esse entendimento o professor busca, conhecer, compreender a realidade e o contexto de cada educando, pensando em práticas pedagógicas, que possam influenciar diretamente na vida do aluno. Nesse sentido, o DCRM de Anguera (2022, p. 56) enfatiza que:

Planejamento de ações sociopedagógicas, de forma transversal, sistemática, contínua e integrada com as demais atividades/ações desenvolvidas pelas unidades escolares, visando à promoção da saúde e prevenção dos agravos, envolvendo toda a comunidade escolar e, principalmente, assegurando o lugar dos estudantes como protagonistas, de forma a contribuir para a melhoria do rendimento na redução do abandono e na evasão escolar.

Pensar nessas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelos profissionais da educação, tem demonstrado através das metodologias que promover situações de aprendizagens contextualizadas parte das experiências dos estudantes, como também

temas da contemporaneidade, os objetos de conhecimento, o desenvolvimento de competências promotoras de saúde.

3.3.5. Educação Ambiental

Garantir uma educação global é função da escola e para que se desenvolva essa função é necessário, portanto englobar informações e estar sempre em busca de saberes necessária a vida do estudante. Promovendo conceitos, ideias, pensamentos opiniões e desenvolvendo habilidades. A escola vem trabalhando com o tema integrador de forma bem intensa e sistemática, pois acreditamos que é um tema que potencializa atitudes.

Adotar atitudes sustentáveis contribui com a manutenção da qualidade de vida e conseqüentemente do Meio Ambiente, temática bastante discutida nos últimos anos. A medida que a escola demonstra interesse e se preocupa, levaremos as crianças a potencializar a capacidade do aluno de observar, compreender e mudar de atitude, assegurando a escola como incentivadora de boas ações, compreendendo e entendendo como atitudes e hábitos sustentáveis ajudam a preservar a natureza e podem nos garantir uma vida saudável.

O trabalho com projeto educativo é muito rico, pois envolve a interdisciplinaridade, o planejamento em conjunto, a participação ativa e socializada entre todos. Portanto a ideia do Projeto Meio Ambiente, no qual faremos levantamento de dados, pesquisas e estudos locais, construindo procedimentos que permitem sistematizar informações, despertando a curiosidade e a motivação as aprendizagens etc.

3.3.6. Educação Financeira e Para o Consumo

Vivemos em uma sociedade que valoriza o consumismo, comprar, acumular e muita das vezes sem a consciência de evitar gastos desnecessários. E, a escola tem como função desenvolver aprendizagens de conhecimentos, habilidades e valores, utiliza dessa ferramenta para propagar de forma dinâmica e objetiva, dialogando com o alunado a importância da valorização do SER em detrimento do TER de forma interdisciplinar.

A necessidade de conscientização ao consumo consciente se faz necessário na vida das crianças. Como sabemos dessa importante função em debater, a temática na

escola, foi pensado em englobar algumas situações didáticas, possibilitando reflexões previsíveis. Trabalhamos com o Projeto Consumo Consciente, no qual foi apresentado textos, propagandas, músicas, leitura de imagens e debates a cerca do consumo exagerado das coisas e crescimento da poluição do nosso planeta.

Pretendemos dar continuidade com o projeto, e ampliá-lo também para os aspectos que dizem respeito a valorização do consumo consciente, promovendo a inserção da temática também nas questões das atividade de Matemática, tornando a disciplina mais reflexiva para além do aprendizado dos cálculos matemáticos.

3.3.7. Cultura Digital

Vivemos na era digital, na qual crianças e jovens têm acesso a todo momento aos diversos tipos de equipamentos eletrônicos e aos diversos tipos de conteúdos e informações. Porém, na maioria das vezes tais recursos não são utilizados de forma positiva, ou seja, de forma que enriqueça de algum modo os saberes dos alunos.

Dessa forma, pretendemos através do compartilhamento de informações, discussões, textos e rodas de conversas debater sobre a importância da utilização correta dos dispositivos que compreender as TDICs, de forma favorável ao desenvolvimento tanto do ensino quanto da aprendizagem. Também vamos inserir no planejamento de aula, a utilização por parte dos professores, do data show, confecção de slides, cards, confecção de vídeos no TikTok etc como um recurso para dinamizar a aula e para realização das atividades por parte dos alunos.

A Cultura Digital, assim como as transformações sociais decorrentes da inserção das tecnologias em meio aos novos hábitos de vida da sociedade, tenha ganhado espaço e a instituição escolar possui grande relevância no papel de orientar os nossos educandos quanto aos pontos positivos e negativos decorrentes do contexto digital.

Assim, buscamos a partir do ano letivo de 2023 desenvolver um trabalho de inclusão e inserção das TDICs em todas as áreas do conhecimento, promovendo o conhecimento aos nossos educandos por meio das ferramentas que eles já utilizam apenas como entretenimento, fazendo-os refletir acerca dos diversos caminhos que podem ser trilhados por meio das TDICs para fazermos a educação acontecer.

O DCRM (2022, p. 62) reforça-nos que:

Nesse sentido, a inserção do conteúdo, Cultura Digital, na grade curricular das escolas perpassa os campos meramente disciplinares, adentando de forma ampla e prática na vida social, histórica, cultural, política e econômica dos sujeitos, deixando evidente a importância de se pensar o ensino digital de maneira articulada com as ações e representações sociais a nossa volta.

Pensando nos preceitos do DCRM, articulamos a implementação do Projeto Eu Digital, no qual nossos alunos serão os protagonistas na criação de vídeos como atividades que serão avaliadas a critério dos professores, com foco no desenvolvimento da oralidade, dos aspectos linguísticos, imagéticos, criativos, dentre outros. Acreditamos que todas as áreas do conhecimento podem lançar mão de tais recursos como atividade avaliativa, desde um vídeo explicativo acerca de determinado raciocínio matemático até a (re)contação de uma história trabalhada em sala de aula.

3.3.8. Parte Diversificada

Em suma, a Parte Diversificada diz respeito a autonomia de cada município em trabalhar conforme a realidade de sua instituição de ensino e do local onde esta se encontra inserida. Assim, buscamos intensificar a adequação do nosso currículo a inserção e criação de Projetos que contemplem a realidade vivenciada pelos nossos educandos tanto na sede em Anguera quanto dos alunos que chegam da zona rural.

E com esse pensamento, buscamos alinhar as competências e habilidades prescritas pela BNCC necessárias ao desenvolvimento dos saberes, das experiências e dos conhecimentos aos objetos do conhecimento que emanam dos saberes culturais do nosso município, das experiências vivenciadas por cada educando em seu seio familiar, das múltiplas formas de aprender e conhecer que derivam dos atos de currículo construídos no dia-a-dia das práticas interacionais.

Assim, articulamos a implementação do Projeto Eu Amo Minha Terra, no qual será trabalhado de forma interdisciplinar, abrangendo as experiências culturais tanto das crianças da sede quanto das crianças que chegam da zona rural. Sugue abaixo alguns exemplos que poderão ser expandidos mediante as discussões nas ACs:

- ✓ Português: irá trabalhar com a leitura/socialização e pesquisa de alguns gêneros textuais (notícia, reportagem, entrevista, lendas, crônicas, culinária etc, específicas do município de Anguera); como atividade orientamos a (re)escrita de tais textos com o intuito de avaliar vários elementos desde o nível de

aquisição da escrita até o desenvolvimento da oralidade através de confecção de cartazes pelos alunos;

- ✓ Matemática: produzirá problemas tomando como base introdutória elementos que lembrem as vivências cotidianas dos alunos e de suas famílias a exemplo da prática de compra e venda no Centro de Abastecimento etc;
- ✓ História: promoção do estudo acerca da origem da cidade e dos eventos que a tornaram no que ela é hoje, desde sua origem enquanto fazenda até o seu crescimento e desenvolvimento enquanto cidade politicamente emancipada;
- ✓ Geografia: estudo da paisagem presente no município, vegetação, clima, localização, e dos afluentes que perpassam em seu entorno; pesquisas a respeito dos distritos que a integram a cidade;
- ✓ Ciências: estudo das práticas alimentares seguidas de orientações acerca de uma alimentação saudável, além de estudos mais abrangentes sobre as plantas presentes na região e que fazem do nosso cardápio e da feira livre presente no município, além dos alimentos de origem animal.

Assim, estaremos além de consolidar o trabalho com a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, estaremos fazendo a costura entre os objetos do conhecimento pré-estabelecidos pelos documentos curriculares referenciais às especificidades que perpassam a vida cotidiana das nossas crianças.

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

3.4.1. Perfil da Docência

O professor é considerado peça fundamental no desenvolvimento da prática educacional, detentor de grande responsabilidade no processo de ensino e de aprendizagem, para guiar os alunos através de uma jornada de aprendizado acadêmico, de crescimento pessoal.

Assim, o perfil do professor que desejamos em nossa escola fundamenta-se no profissional que busca criar estratégias de forma a integrar cada criança em todos os processos educacionais, capaz de reconhecer o conhecimento que cada criança traz consigo e a partir daí contextualiza sua prática de ensino.

Esperamos ainda que, o perfil do professor pautar-se na condição de um ser curioso no sentido de aprender, dinâmico, participativo, disposto a realizar seu trabalho com dedicação e muito carinho, pois acreditamos na concepção de Henry Wallon, na qual afetividade e aprendizagem caminham lado a lado.

Além das características que fundamentam a sua atuação na sala de aula, esperamos que nossos professores se tornem pesquisadores, reflexivos de suas próprias práticas e que estes possam compreender que são coautores dos resultados de seus alunos, que exerçam seus compromissos com a educação e a aprendizagem de forma autônoma e no coletivo.

Sanches (2009, p. 38) enfatiza que “A imagem do professor educador/educador é importantíssima na formação de qualquer indivíduo, pois somos muito mais observados do que ouvidos e nossas atitudes falam mais que nossas palavras.” Com isso, podemos concluir que cada professor integrante da nossa instituição apresenta-se como um espelho para seus alunos, portanto, esperamos que cada um deles possam refletir o seu melhor e assim ser luz e alegria na vida de cada um dos seus educandos, pois acreditamos na potencialidade do ato de educar e do ato de amar.

3.4.2. Perfil do Aluno

O público da nossa escola trata-se de crianças entre 7 e 12 anos, como tal, encontram-se em fase de desenvolvimentos em todos os aspectos, assim sabemos que o desafio de educar no coletivo é muito grande. Assim, o perfil de alunos que almejamos adentra também no campo do perfil dos professores que temos e de seus pais/responsáveis, pois a parceria entre escola e família é um dos pontos primordiais para que o perfil dos nossos alunos atinjam patamares melhores.

Deste modo, esperamos que nossos alunos sejam colaborativos, autônomos, participativos, questionadores, sendo sujeitos ativos da própria ação educativa, pois o aluno precisa querer conhecer para aprender de fato. Além disso esperamos que nossos alunos correspondam com as demandas escolares, pois cada ação realizada na escola e extra-classe foi pensada e criada com o intuito de promover a fixação dos estudos realizados em sala.

Do ponto de vista das exigências educacionais, no que tange aos níveis de escolaridade, nas modalidades da leitura e escrita, há a necessidade de conseguir que

estes alunos avancem para o ano seguintes contemplando a alfabetização e o letramento, compreendendo o sistema alfabético de escrita.

4. ETAPAS DE ENSINO

4.1. Ensino Fundamental

4.1.1. Anos Iniciais

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e se traduz como um direito público, subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Os objetivos dessa etapa de ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, devem assegurar aos estudantes o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para a vida em sociedade e os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar.

Especialmente em relação aos primeiros anos do Ensino Fundamental, os objetivos educacionais estão pautados nos processos de alfabetização e do letramento, no desenvolvimento das diversas formas de expressão e nos conhecimentos que constituem os componentes curriculares obrigatórios.

Diante disso, é necessário garantir o aprendizado e, para tal, o educador deve respeitar as particularidades dos alunos e observá-las constantemente. Pois o educador além de ser um mediador de conhecimentos tem função de estimular a curiosidade do aluno a fim de instigar o protagonismo.

A escola Érico adota formas de trabalho que proporcionam maior mobilidade às crianças na sala de aula, explora com elas mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, utiliza materiais que proporcionem aos alunos o desenvolvimento do raciocínio lógico e conceitual, explorando as diversas dimensões do ato de ler, escrever, ouvir e oralizar.

A alfabetização e letramento são processos que têm suas especificidades e que se complementam para que a leitura e a escrita sejam aprendidas de forma integral e eficiente. O processo de letramento vai além de codificar e decodificar os signos, vai em busca do uso social, e cada vez mais adentrando na perspectiva do letramento para que estes sujeitos saiam da escola realmente alfabetizados e críticos da sociedade em que estão inseridos.

Diante disso, esta unidade escolar realiza estratégias como dinâmicas jogos, brincadeiras e Projetos de Leitura alinhados ao Projeto Valores com o objetivo de sanar o déficit de aprendizagem dos estudantes trabalhando com os diversos gêneros textuais, exibição de filmes, vídeos, visita a biblioteca municipal, sala de leitura, aula de campo, maleta e sacola literária, roda de leitura entre outras.

Eventualmente, os professores se deparam com alunos com dificuldade de aprendizagem que chegam no 2º ciclo sem serem alfabetizados. Sendo assim, a instituição promove mudanças no método de ensino, estratégias diferentes de estudo e até mesmo a reorganização do espaço físico para contribuir com o progresso do aluno que está com dificuldade de aprendizagem.

Os processos educacionais colaboram para a identificação das dificuldades por meio de planejamentos pedagógicos fundamentados em expectativas de aprendizagem. Portanto, algumas estratégias são desenvolvidas pela Escola Érico para superar as dificuldades dos alunos que apresentam deficit de aprendizagem:

- ✓ **Identifica as Etapas Iniciais de Construção da Escrita dos Estudantes:** Os estudantes passam por algumas etapas durante o processo de construção da escrita. Nesse processo de alfabetização, os estudantes percorrem essas etapas, avançando mais rapidamente de uma para outra em alguns casos;
- ✓ **Faz um diagnóstico da turma:** Em todas as turmas logo no início do ano letivo para sondar em qual etapa cada estudante se encontra, a partir desse diagnóstico o professor deverá fazer seu planejamento e ir realizando novas sondagens de leitura escrita para acompanhar essa evolução;
- ✓ **Propõe atividades desafiadoras para os alunos de cada etapa da escrita:** É importante garantir que os alunos tenham desafios que os impulsionem a avançar, para isso, uma mesma atividade pode ser oferecida para a turma, porém a depender do nível de escrita dos alunos a atividade pode ter níveis de domínio do sistema alfabético de maior ou menor exigência;
- ✓ **Realiza trabalhos em grupos nos quais os próprios alunos apoiam uns aos outros:** Um bom mapeamento dos alunos permite organizar atividade em grupo nas quais os alunos com aprendizagens próximas possam apoiar uns aos

outros. Isso amplia o conhecimento daqueles que se encontram nas etapas iniciais da alfabetização e fortalece o conhecimento daqueles mais avançados;

- ✓ **Encoraja os estudantes a todo momento:** Acreditar que pode aprender é fator crucial para que o aprendizado ocorra e é muito comum os estudantes com processo tardio de alfabetização demonstrarem baixa autoestima. É muito importante o professor criar uma cultura e clima escolar que reconheça e valorize as diferenças de aprendizados existentes na classe, encorajando esses estudantes e dando visibilidade para outras habilidades que eles possam ter;
- ✓ **Promove uma rotina de apoio individualizado:** É muito importante o professor conhecer e apoiar individualmente cada estudante. Como são muitos estudantes em uma turma, estabelecer uma rotina de horários nos quais esse apoio ajuda e diminui a ansiedade dos estudantes e até do professor.

Portanto, o Professor é um articulador fundamental na escola: ele deve apoiar a relação entre famílias, alunos e gestores. Deve acolher as diferenças e as considerar no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo que cada estudante aprende de uma forma diferente, tem um contexto próprio e precisa ser reconhecido como indivíduo. Ele deve aprender a conhecer a realidade do aluno, da sua família e da comunidade em que a escola e estes estudantes estão inseridos.

Educadores atenciosos, acolhedores, brincantes, mediadores de aprendizagens criativas, facilitadores das experiências das crianças, conectados com uma Educação contemporânea e cientes da pluralidade, podem trazer para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental entrelaçamentos ricos e valorosos entre currículo, didática e processos de aprendizagem.

4.1.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

O ciclo da Alfabetização dos Anos Iniciais que inclui do 1º ao 2º ano traz consigo mudanças na rotina escolar do aluno. Nessa etapa, ele desenvolve habilidades e competências que serão aprimoradas ao longo da vida escolar. A Base Nacional Comum Curricular (2018), antecipa o final do ciclo de alfabetização para o 2º ano do Ensino Fundamental.

De acordo com a BNCC, esses alunos deverão estar com suas aprendizagens consolidadas aos 7 anos de idade para que sejam respeitados seus direitos de

aprendizagens. Ao final do 2º ano, as crianças deverão ser capazes de ler e escrever, dominar as relações entre grafema e fonemas, saber decodificar palavras e textos escritos, saber ler reconhecendo globalmente as palavras, saibam escrever bilhetes e cartas, em meio impresso e digital.

Diante disso, para que a transição do 2º ano para o 3º ano ocorra de forma satisfatória a Escola promove um diálogo entre os educadores do 2º ano com os educadores do 3º ano apontando os avanços e as dificuldades de cada aluno, bem como o acesso aos relatórios para que o professor tenha conhecimento do desenvolvimento do educando. Assim, possibilitará o professor do ano seguinte, conhecer a realidade em nível de aprendizagem dos alunos e intervir com ações pedagógicas para o avanço da aprendizagem.

Nesse contexto, o diagnóstico inicial do aluno, é um instrumento pedagógico utilizado pela escola para nortear a construção de um planejamento eficaz, mediante os resultados obtidos. Outro ponto fundamental é que são elaboradas atividades que trabalha as habilidades essenciais, que os alunos não conceberam, possui dificuldade ou que precisa avançar de forma a consolidar as aprendizagens.

Uma outra estratégia que a escola também pretende adotar com o apoio da Secretaria de Educação e que é necessário, é articular ações de reforço no turno oposto da aula, para os alunos que mais necessitam de investimentos pedagógicos para avançar na aprendizagem.

4.1.3. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

O Ensino Básico é uma etapa muito importante na vida escolar do aluno, além de ser a mais longa, é quando ele passa pelas principais transformações na sua vida, em especial a passagem da infância para a adolescência. Sendo assim, é preciso salientar que, apesar dos desafios, essa transição não deve ser considerada como um problema para a escola, que precisa ser resolvido a qualquer custo.

A transição deve ser encarada como uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres ao avançarem para uma nova fase de suas vidas. Para que se passe por essa fase de transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental com tranquilidade, a escola pretende promover um esforço conjunto de todos aqueles presentes no ambiente escolar.

Nesse contexto, o aluno se depara com situações que não eram comuns nos anos iniciais, pois antes ele tinha, na maioria das vezes, um (a) professor (a) que trabalhava todos os componentes curriculares, entre outras questões inerentes ao contexto do ensino e aprendizagem, passando então a ser orientado por uma maior quantidade de professores, específicos para cada componente curricular.

Portanto, para que essa transição aconteça de forma mais natural possível, a escola Érico pretende promover um momento de diálogo entre os professores da turma juntamente com o gestor e coordenação da escola que irá receber os alunos a fim de: conhecerem o nível de aprendizagem dos alunos, traçarem possíveis ações de acolhimento, tanto quanto reservar uma data no final do ano letivo pra os alunos visitarem as dependências da escola e conhecer a dinâmica de trabalho dos professores, evitando assim uma grande ruptura no processo de aprendizagem.

Nesta etapa, procura-se ampliar e aprofundar conceitos, considerando o processo de ensino e aprendizagem realizados nos anos anteriores. Nesta perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2010, p. 20), na parte que trata do Sistema Nacional da Educação ressalta que:

[...] Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa a ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores.

Diante disso, segue algumas dicas que a escola pretende adotar para que a passagem do 5º para o 6º ano seja fluída e tranquila para os nossos alunos:

- ✓ No último ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escola pretende apresentar para os alunos do 5º ano quais serão seus novos professores no ano seguinte, organizando esse encontro em um formato mais informal. Um bate-papo, para que os alunos sintam-se à vontade para questionarem e exporem seus anseios;
- ✓ Nessa ocasião, os professores dos anos finais devem aproveitar para apresentar seu modo de trabalho e outros pontos. Assim, eles ajudam os alunos a diminuírem a ansiedade do primeiro dia de aula no ano seguinte;
- ✓ Selecionar algumas aulas e começar a introduzir algumas características do Ensino Fundamental (anos finais) em sala. Por exemplo, é comum que o aluno aprenda a preencher gabaritos de questões objetivas. O professor,

então, pode já passar algum teste em que os estudantes precisem preencher um gabarito e observar como eles se saem, que dúvidas surgem e quais os principais problemas identificados para que sejam melhor trabalhados no 6º ano;

- ✓ Propor para a escola a criação de uma cartilha com todas as informações que o aluno do 5º ano vai precisar para receber o 6º ano da melhor forma possível. A cartilha pode contar ainda com uma explicação da diferença entre as etapas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais. Podem estar presentes as demais mudanças que vão ocorrer na escola, como ter professores especialistas, currículo com mais componente curricular, troca de espaços etc;
- ✓ Sugerir a escola que irá receber os alunos que no primeiro dia de aula dos alunos do 6º ano realizar uma acolhida diferente. Recepcioná-los com palestras, rodas de conversas e um lanche diferente pode ser uma boa estratégia. Aproveitar esse momento para explicar novamente a mudança no perfil dos professores e apresentá-los aos alunos. É válido falar das alterações na estrutura curricular e comentar sobre o funcionamento dos componentes curriculares.

Portanto, pensar no aluno como um todo é um trabalho de contínuas reflexões e observações. A instituição que recebe alunos do 6º ano deve estar atentos para esta nova clientela e focar o trabalho que realizar. Estas observações levam a perceber se estes apresentam algumas falhas no processo de aprender.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

A Legislação brasileira tem acompanhado o percurso de outros países no que tange a política da educação especial na perspectiva da inclusão, tem uma das Legislações mais abrangentes, equiparando-se a países mais desenvolvidos, buscando, dessa forma, assegurar a ascensão de oportunidades educacionais na Escola comum.

Nesse sentido, a Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede

Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos;

Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.

No Artigo 26, aparecem os parâmetros para o acesso à Educação, quando, no item 1, afirma-se que:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado.

Complementado pelo item 2, que diz que:

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

A Declaração dos Direitos Humanos se estabelece como marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com necessidades especiais os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

Art. 1º: Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem;

Art. 2º: Expandir o Enfoque;

Art. 3º: Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade;
Art. 4º: Concentrar a Atenção na Aprendizagem;
Art. 5º: Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica;
Art. 6º: Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem;
Art. 7º: Fortalecer as Alianças;
Art. 8º: Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio;
Art. 9º: Mobilizar os Recursos;
Art. 10º: Fortalecer a Solidariedade Internacional.

Ainda no âmbito das Políticas Educacionais para a inclusão têm-se a Declaração de Salamanca (1994) que foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

- ✓ Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- ✓ Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- ✓ Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- ✓ Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- ✓ Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais (CRM), que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar). A interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão, compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a

estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

É importante ressaltar que não se deve ter um olhar de compaixão, ou até mesmo pena para com as pessoas com deficiência, até porque isso também se configura um modo de discriminação. O que precisamos é nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora.

As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como, para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL, 1994, p. 13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo.

Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais. Desde a década de 90, as pesquisas em educação especial têm enfatizado a inclusão.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela (1995, p. 34) afirmam que:

[...] refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja

garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020, foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade.

A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar. Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas.

E então, a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária. E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade.

No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem

as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

- ✓ A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo e incentivar a autonomia pela independência;
- ✓ Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
- ✓ O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político-Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o

Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para que ocorra uma efetiva aprendizagem das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille;
- ✓ Técnicas de Soboran;
- ✓ Orientação e Mobilidade;
- ✓ Educação Física Adaptada;
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma;
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva;
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais;
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos;
- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais;
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de necessidade especial em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar que é importante considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da deficiência que o

mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.2. A Política de Educação No Campo

Ainda que localizado no espaço urbano da cidade de Anguera, A Escola Municipal Érico Sophia Brandão recebe parte do seu alunado oriundo de localidades rurais do município, cujo acesso à escola ocorre através do serviço de transporte escolar. Diante dessa realidade, a escola não pode perder de vistas a política da educação do campo.

A proposta de Educação do Campo visa oferecer um modelo de ensino para a população do campo em conformidade com suas realidades, buscando oferecer um vínculo entre a escola e suas práticas pedagógicas com as famílias do campo, os produtores rurais, procurando garantir uma forma de ensino-aprendizagem condizente com os valores e práticas tradicionais do campo.

Enquanto anteriormente os modelos educativos eram pensados exclusivamente pelos educadores tradicionais, isto é, pessoas com formações para isso (sendo a formação algo privilegiado e inacessível), as novas propostas compreendem a importância da inclusão da população nas discussões sobre educação. Por meio do diálogo entre educadores e produtores se estabelecem diretrizes que passam a aproximar a realidade campesina da proposta escolar e seu modelo de ensino.

O município de Anguera se caracteriza pela forte agricultura e pecuária tanto na sede como nos distritos, sendo assim, a educação do campo deve ser pensada e considerada no âmbito escolar.

A educação do campo é uma proposta abrangente que visa a formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Nessa linha, a escola deve estimular o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

O relacionamento da escola no aspecto cultural tem uma extrema importância, assim para o nosso estudo, o relacionamento entre as partes envolvidas neste processo de formação deveria acontecer de maneira dialógica, numa contínua troca: Eu te percebo, te respeito e nós construiremos, juntos as saídas para os nossos desafios.

A prática pedagógica da nossa escola necessita contemplar a diversidade vivenciada no campo, valorizando os saberes das crianças que residem no meio rural, em interação com as crianças residentes na sede do município.

Em relação aos princípios norteadores da Educação do Campo, as práticas pedagógicas que a escola desenvolve ajudam no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, pois ele reconhece sua identidade naquilo que a escola oferece. Ou seja, a aprendizagem se torna significativa. Esta prática possibilita a construção de sujeitos sociais e novas formas de socialização, ao propor gestão coletivamente à realidade, é conceber o campo como espaço de vida para as futuras gerações.

A valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Nesse caminhar, um procedimento essencial é a escuta, no qual sugere-se à escola escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; escutar os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola; escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo; Inserir em seus projetos pedagógicos ações e temáticas voltadas à vida no campo.

As diretrizes da avaliação precisam levar em conta características intrínsecas específicas dos educandos residentes no campo. Assim, a escola, respeitando essa diversidade, deve considerar o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, assim entendemos a prática educativa como suporte em proveito do aprendizado tanto para o homem urbano, quanto para o homem rural. Uma escola que pressupõe uma perspectiva esperançosa e que se constitui em uma escola transportada pelas mãos de seus agentes, comunidade escolar e local, possibilita entender a oportunidade de superação dos sujeitos intermediada por uma prática educativa.

Percebe-se, nesse contexto, a importância da escola valorizar e inserir abordagens sobre a agricultura, a criação de animais, o sustento das famílias, a economia rural, a feira livre da cidade que recebe produtos oriundos do campo, entre outros, bem como parte dos feirantes são pessoas residentes nas comunidades rurais.

Seguindo nessa direção, que o processo ensino-aprendizagem se dê através de práxis que trate a realidade dos sujeitos envolvidos. Logo, o entendimento da implementação de uma prática educacional diferenciada com vistas às proposições e concepções da Educação do Campo percebemos como a escola se torna dinâmica e envolvida com os problemas da comunidade. O trabalho é essencial na vida das pessoas que moram no campo.

5.3. A Política da Inovação Tecnológica

5.3.1. Concepção de Inovação Tecnológica

Concebemos a inserção da Inovação Tecnológica na escola e para além dela, como uma ferramenta indispensável ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que os recursos tecnológicos já fazem parte da vida cotidiana da maioria dos nossos educandos, assim, mediante a inserção das Inovações Tecnológicas, acreditamos que podemos desenvolver novas estratégias, por mais simples que sejam, de modo que fundamentem o interesses das nossas crianças além de motivá-las de forma mais lúdica e produtiva.

Dessa forma, a Escola Érico compreende que os conceitos inerente à formação integral dos nossos educandos, compreende também a inserção dos assuntos que derivam dos conceitos que se referem aos objetos do conhecimento que dizem respeito as inovações tecnológicas na sala de aula, enfatizando sempre as políticas de usos bem como os perigos provenientes do universo digital.

Em consonância com o pensamento de Folque (2011, p. 9) destacamos que:

As ferramentas tecnológicas, entre outras razões, são utilizadas para registrar e reproduzir dados; acessar e recolher informações; organizar, produzir e divulgar informações; criar, expressar, comunicar e cooperar; colaborar, brincar e jogar, etc. Todas essas funcionalidades devem ser exploradas no processo de aprendizagem, mas sempre em estreita relação com a atividade humana que lhes dá sentido.

Vale ressaltar, que precisamos apartir do ano de 2023 intesificar a realização de atividades mais lúdicas, por meios dos diversos tipos de instrumentos, e um deles se configurera na realização de atividades on-line e até mesmo utilização de jogos e vídeos educativos que fundamente e auxiliem o desenvolvimento educacional dos nossos educandos.

Assim, em parceria com os pais/responsáveis faremos uma Oficina de socialização e apresentação de alguns jogos que poderam facilitar o desenvolvimento da aprendizagem no campo da leitura, do processo de alfabetização por meio do reconhecimento sonoro das letras de determinadas palavras, além das atividades que envolvem o raciocino matemático e lógico com o intuito de fazer uso dos recursos tecnológicos para a obtenção de resultados mais satisfatórios.

5.3.2 Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

Pautaremos os nossos trabalhos nos princípios pré-estabelecidos pela BNCC (2018), que além de instruir quanto a necessidade de inserirmos em nossos currículos os objetos do conhecimento inerentes a Inovação Tecnológica na escola, adentra no campo da interdisciplinaridade, acentuando a importância da utilização dos diversos instrumentos como ponte para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Assim, a BNCC (2018, p. 9) enfatiza o desenvolvimento das seguintes habilidades:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Mediante as pontuações em destaque prescritas pela BNCC, destacamos como um dos princípios base da nossa escola, para a inserção da Inovação Tecnológica em nossa grande curricular, será o compromisso em adentrar no universo das nossas crianças dando espaço para que as mesmas dialoguem sobre suas experiências com os jogos que selecionaremos bem como o acompanhamento da evolução dessas crianças.

Além disso, faremos a socialização da Biblioteca Digital criada pelo Itaú Social com o intuito de expandir o acesso aos livros literários infantis de forma gratuita, faremos uma rotina programada junto aos professores uma vez na semana para que cada aluno possa compartilhar um pouco da sua experiência com o livro escolhido por ela e a família.

Deste modo, o nosso compromisso e princípio norteador residirá no desenvolvimento não apenas do aprendizado referente a leitura literária mais também ampliar o nosso trabalho para o campo do desenvolvimento da oralidade, do acesso aos materiais paradidáticos, e conseqüentemente na ampliação dos conceitos inerentes ao letramento das nossas crianças.

5.3.3 Diretrizes da Inovação Tecnológica

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), são compreendidas como um conjunto de equipamentos, programas e mídias que utilizam aplicações tecnológicas, abrangendo os sistemas operacionais, a internet e suas redes. Com o desenvolvimento da tecnologia e as mudanças sociais que a acompanham, a educação busca construir novas concepções educacionais desenvolvidas sob a influência do uso de novos recursos tecnológicos, resultando em práticas que promovam currículos em diversas áreas do sistema educacional.

Ampliar o uso desses recursos técnicos na educação não deve se limitar a simplesmente capacitar professores para o uso de outra tecnologia. Os professores tornam-se meros repetidores de experiências que nada significam para a educação.

Na Educação Básica, conforme a BNCC (2018), propõe-se discutir o papel do conhecimento científico e tecnológico na organização social, nas questões ambientais, na saúde humana e na formação cultural, ou seja, analisar as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente como elementos centrais no posicionamento e na tomada de decisões frente aos desafios éticos, culturais, políticos e socioambientais.

Desse modo, além de pautarmos as nossas diretrizes nos documentos curriculares referenciais e na LDB 9.394/96, que norteiam o nosso trabalho pedagógico, fundamentamos a nossa ação nos preceitos de Morin (2007, p. 2) ao afirma que:

As tecnologias são pontes que abrem a sala de aula para o mundo, que representam, medeiam o nosso conhecimento do mundo. São diferentes formas de representação da realidade, de forma mais abstrata ou concreta, mais estática ou dinâmica, mais linear ou paralela, mas todas elas, combinadas, integradas, possibilitam uma melhor apreensão da realidade e o desenvolvimento de todas as potencialidades do educando, dos diferentes tipos de inteligência, habilidades e atitudes.

Portanto, a escola precisa prever e promover não apenas a incorporação e o uso de ferramentas tecnológicas na sala de aula, precisamos proporcionar aos estudantes o uso responsável dessas ferramentas, dando subsídios para que sejam capazes de: analisar a procedência e riscos de sites e notícias; filtrar e selecionar informações; entre outros aspectos de segurança na web, sempre acompanhado de um adulto/responsável.

5.3.4 Diretrizes e Indicadores da Avaliação

A nossa principal intensão neste primeiro momento reside na busca por alternativas para fomentar os estímulos de interação entre os estudantes e a produção de atividades mais dinâmicas com o intuito de avaliar diversos pontos, desde o desenvolvimento da leitura até o desenvolvimento de raciocínios lógicos e matemáticos. Além dos pontos destacados acima, avaliaremos os níveis de socialização e o trabalho com o desenvolvimento da oralidade dos nossos pequenos.

Assim, avaliaremos a introdução da Inovação Tecnológica em nosso currículo de forma interdisciplinar, deste modo, pautaremos tais avaliações nos instrumentos já referidos anteriormente, com o intuito de assessorar e ampliar às práticas de ensino em nossa escola.

5.4 A Política da Assistência Estudantil

5.4.1 Concepção de Assistência Estudantil

Concebemos a Assistência Estudantil como uma ação que se propõe a criação de instrumentos e recursos necessários para o enfrentamento e a superação dos obstáculos frente ao acesso à Educação. Assim, acreditamos que a escola, enquanto ambiente educacional e espaço de formação humana, exerce uma das mais importante funções sociais, que é a integração de todos os sujeitos na escola, e conseqüentemente na sociedade, pois a escola oferece meios que fomentam a formação de cada indivíduo presente em nossa sociedade.

Desse modo, sabemos que Assistência Estudantil se constitui como um aparato de suma importância em prol da garantia tanto do acesso quanto da permanência dos nossos educandos nos mais diversos espaços formativos, assegurando, assim, os direitos das nossas crianças à educação.

Além da garantia do acesso à Educação, nossa escola conta com o apoio de outras instâncias que subsidiam o funcionamento de alguns serviços em nosso município, a exemplo, da Secretaria de Saúde, Assistência Social, Crás, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação dentre outras parcerias. Desse modo, buscamos expandir o acesso e as assistências que são garantidas por direito às nossas crianças, com o intuito de superar determinados obstáculos, evitando, assim, a evasão escolar e conscientizando sobre a função social da escola de formar e informar.

5.4.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

A Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB- estabelece, no seu Art. 2º, em conformidade com a Constituição Federal, estabelece que: “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Desta forma, os princípios que orientam a manutenção da Assistência Estudantil em nossa escola, pauta-se no desenvolvimento da função social da nossa instituição, que configura-se na formação integral das nossas crianças, fomentando subsídios para que as mesmas possam viver socialmente bem.

Para além da promoção da função social da nossa escola, pautamos-nos no princípios do acesso a informação e aos recursos necessários a promoção do desenvolvimento da aprendizagem de cada educando bem como o acesso aos recursos que fundamentaram a construção de uma vida saudável.

Dessa forma, compreende ações que visam proporcionar melhorias relacionadas às condições de saúde dos estudantes, ao acesso aos instrumentos pedagógicos essenciais para sua formação, e ao provimento de suas necessidades básicas de sobrevivência como moradia, alimentação, transporte, dentre outros.

Além das pontuações acima, contamos com o apoio da Secretaria Municipal de Educação através do Projeto Eu Amo Minha Escola que promover a iração do apoio da Psicóloga, Assistente Social que ajudam com a Busca Ativa de alunos faltosos e necessitam de um acompanhamento. Esse projeto tem sido de grande valia, pois através dele estamos conseguindo superar e fortalecer a parceria entre escola e famílias orientando-as no que é possível.

Alguns estudantes da Escola Érico oriundos de localidades rurais utilizam transporte escolar, outra assistência que a Secretaria Municipalde Educação oferece, garantindo a permanência na escola.

É primordial que nossa escola ofereça aos alunos assistência estudantil que garantam uma aprendizagem significativa e com resultados satisfatórios. Sabemos que o efeito da Assistência Estudantil no desempenho dos estudantes contribui de forma significativa para minimizar a evasão e ampliar o nível de aprendizagem dos educandos.

5.5. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.5.1. Concepção de Formação Continuada

As constantes transformações e atualizações no campo da produção do conhecimento e no campo da vida nos imple ao ato constante de nos mantermos num ciclo infindo de aprendizagem. Poir isso, prezamos veementemente pela prática da formação continuada com o intuito de promover o aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional dos nossos docentes e com o objetivo de assegurar a oferta de um ensino de qualidade aos educandos.

De acordo com Freire (1993, pp. 22-23):

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí.

O Plano de Formação Continuada em Atividade (PFCA), consiste no planejamento e execução de formação continuada destinada aos professores municipais, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, supervisores pedagógicos, profissionais diversos que atuam no ambiente escolar, instituído com o objetivo de aprimorar e qualificar o trabalho exercido por cada profissional.

É necessário, portanto, o fortalecimento das políticas de formação docente, com o intuito de assegurar e viabilizem ações contra-hegemônicas na escola e em outras instituições formadoras, impulsionando a luta dos educadores por condições mais dignas de trabalho e por uma educação de melhor qualidade para todos.

Por fim, os trabalhos sublinham a urgência de que os professores se assumam como sujeitos de sua formação, mantendo uma postura crítica e curiosa diante dos desafios que se colocam no cotidiano escolar, sem, com isso, negar as condições desfavoráveis a que muitos deles estão submetidos, a exigência de que o trabalho de formação seja desenvolvido no coletivo e atribuir à formação um poder absoluto de transformação da educação.

Na Escola Érico, as formações continuadas acontecem por segmentos e

separadas, pois nem sempre o que é essencial para um, é para o outro. Depende das demandas apresentadas por ambos, essa divisão facilita o entendimento e aprimora a qualidade da prática no contexto escolar.

5.5.2 Princípios Orientadores da Formação Continuada

Sabemos que a manutenção da formação continuada é de fundamental importância em prol do desenvolvimento de uma educação de qualidade. Dessa forma, a Escola Érico compreende que a atualização das práticas no desenvolvimento das funções dos colaboradores são essenciais para um ensino e aprendizagem de fato eficiente.

Dessa forma, prezamos por uma prática pedagógica que busque desenvolver as potencialidades dos nossos educandos de forma integral, contribuindo para que estes se tornem agentes ativos e participativos dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais do nosso município, e para além dele.

Nesse sentido, os princípios da formação continuada em nossa instituição de ensino residem não só nos aspectos que dizem respeito ao aperfeiçoamento dos nossos profissionais mais reside também na melhoria da qualidade do ensino ofertado em nosso município e conseqüentemente no desenvolvimento educacional de cada criança, além de promover a valorização dos nossos profissionais, desde o reconhecimento da importância do seu papel social na fundamentação e na constituição da instituição, escola, em parcerias com os nossos alunos, até as melhorias das condições de trabalho e de remuneração.

Para além das inferências acima, pautamos os nossos princípios no pensamento do nosso patrono Paulo Freire (1991, p. 58) ao enfatizar que: “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática.”

Assim, acreditamos que os processos de reflexão e de formação continuada são elementos que se co-relacionam e co-existem em detrimento do crescimento pessoal e para além deste, pois o ato de (re)formar-se refletirá no desenvolvimento das estratégias de ensino, bom como nos processos de adequação das práticas docentes com o intuito de fomentar ações educacionais capazes de promover a aprendizagem de todos os educandos.

5.5.3 Diretrizes da Formação Continuada

A formação continuada é o processo de qualificação dos professores para agregar conhecimentos que contribuem para melhor desenvolver suas práticas pedagógicas, colaborando com a qualidade do ensino. Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos e incisos, asseguram que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

O Plano Municipal de Educação do nosso município através da Lei Complementar Nº 186 de 22 de junho de 2015 Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Anguera, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação. Nesse plano, estão determinadas metas e estratégias a serem implantadas dentro do ensino com validade de 10 anos. A seguir segue algumas metas e estratégias que a escola pretende cumprir em parceria com a Secretaria de Educação:

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

Meta 14: garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado da Bahia e município de Anguera, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Estratégias:

14.1) diagnosticar, no primeiro ano de vigência deste PME, as necessidades de formação específica de nível superior dos professores da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal de ensino;

14.2) fomentar, em regime de colaboração entre União e estado da Bahia, a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial;

14.3) garantir que, no mínimo, 5% dos professores da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública municipal ingressem em cursos de licenciatura de sua área de atuação, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

Meta 15: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Estratégias:

15.1) formular política de formação continuada para os profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

15.2) instituir programa municipal de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

15.3) aperfeiçoar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

15.4) incentivar a formação de professores do município em nível de educação especial.

A Secretaria Municipal de Educação tem a preocupação em ofertar cursos para seus colaboradores, com o intuito de garantir uma educação de qualidade. Neste sentido, os professores, da nossa escola são estimulados participarem dos encontros de formação com temáticas atuais, capacitando-os para exercer sua função com qualidade e êxito.

Portanto, todos têm a ganhar com investimentos em formação inicial, continuada e na capacitação dos professores, pois com base no acompanhamento desses profissionais será possível identificar mudanças nas práticas pedagógicas bem como ganhos significativos na aprendizagem dos alunos.

5.5. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.5.1. Concepção de Comunicação Escola/ Família/Comunidade

A comunicação se constitui como um dos elementos fundamentais do fazer pedagógico, pois a parceria entre família e escola amplia o nível de conhecimento e interesse dos educandos em relação as atividades educacionais realizadas pela escola. Desta forma, prezamos pela qualidade da comunicação realizada pela escola e trabalhamos em prol da busca por melhorias diante da escuta sensível em relação as demandas e sugestões dos pais/responsáveis.

O perfil dos pais/responsáveis variam muito, desde as classificações referente aos níveis sócio-econômico até aos níveis de escolaridade, desta forma, ao transmitir qualquer espécie de comunicado (impresso, digital, áudio-visual etc), fazemos uso de uma linguagem simples e acessível para todos com o intuito de que todos sejam contemplados com as informações.

Buscamos sempre promover a participação dos pais/responsáveis nas atividades realizadas pela escola com o intuito de informar sobre a relevância de cada ação pedagógica no desenvolvimento da aprendizagem de suas crianças. Assim, aproximamos e conscientizamos as famílias acerca dos diversos dispositivos dos quais lançamos mão para a orientá-los na condução e realização das atividades extra-classe.

5.5.2. Princípios da Comunicação Escola/ Família/Cominidade

Partimos do princípio básico de que a comunicação norteia nossas relações interpessoais, desse modo, prezamos por uma comunicação entre família, escola e comunidade capaz de fornecer a todos, mensagens claras e transparente através do uso de uma linguagem simples e compreensível para todos.

Além da integração de todos, pontuamos como princípio, o fortalecimento dos laços entre a família e a escola, pois acreditamos que através de um bom diálogo podemos criar subsídios para ampliar a participação dos pais/responsáveis na vida escolar de seus filhos.

5.5.3 Diretrizes da Comunicação Escola/Família/Comunidade

A comunicação entre família, escola e comunidade, no processo de aprendizagem, tem reflexos importantes, pois está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, o espaço de aprendizagem não pode ser visto somente como a sala de aula, a participação da família não deve ocorrer de forma isolada em casa. Essa relação exige um trabalho conjunto entre as partes.

A Escola Érico além de oferecer espaço para a participação dos pais/responsáveis na gestão da aprendizagem dos seus filhos, valoriza e incentiva a comunicação constante com os familiares, demonstrando que a presença de cada um deles representa um grande diferencial na vida dos filhos.

Para que a comunicação entre família e a Escola proporcione bons resultados, articulamos algumas diretrizes:

- I. Promover reuniões ao fim de cada etapa letiva;
- II. Agendar reuniões individuais para sanar eventuais problemas pontuais;
- III. Adotar uma pasta de aviso para cada educando com o intuito de compartilhar

avisos, informes e até orientações sobre o desenvolvimento de atividades mais específicas;

- IV. Adotar uma agenda do aluno, para que os pais/responsáveis possam acompanhar diariamente as atividades que são enviadas para casa;
- V. Realizar reuniões bimestrais para dialogar com as famílias sobre assuntos referentes aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos;
- VI. Utilizar os canais de comunicação/redes sociais para mantê-los informados sobre os acontecimentos da escola;
- VII. Criar um contato de WhatsApp para recebimento e envio de informações rápidas também é uma forma de incentivar e tornar a comunicação mais ampla e acessível;
- VIII. Realizar eventos durante o ano letivo, ao final de cada etapa letiva, para que os alunos possam apresentar as atividades realizadas em cada projeto, deste modo, estaremos promovendo a participação mais acentuada dos pais/responsáveis nas vivências escolar de seus filhos;
- IX. Elaborar um calendário, informando o período de início e término de cada projeto em cada área do conhecimento e em cada etapas do ano letivo, assim, as famílias poderão realizar pesquisas prévias acerca dos objetos de conhecimento que serão trabalhados para que os alunos participem das aulas de forma ativa;
- X. Oferecer um canal específico para os pais/responsáveis darem sugestões e propostas que auxiliem no desenvolvimento da qualidade do ensino ofertado na escola.

Ao incentivar a participação da família, não só no âmbito educacional, demonstra que a Escola Érico se preocupa com o desenvolvimento dos alunos, o que valoriza a qualidade de ensino almejada por muitos pais/responsáveis.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1 Concepção de Avaliação do PPP

O presente documento tem a intenção de refletir acerca das ações do processo ensino e aprendizagem, visando a melhoria e a organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Assim, a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) expressa uma proposta de ações mediadoras e humanizadas, com a função de qualificar os processos de ensino e aprendizagem.

Por ser um documento vivo da área educacional, cabe aos envolvidos um olhar reflexivo sobre o trabalho desenvolvido ao longo do processo, pois a escola recebe vários discentes com suas particularidades e contextos diferenciados. Veiga (2013, p. 32), por sua vez, pontua que:

A avaliação do Projeto Político Pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças, e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Portanto, caracterizamos que a avaliação do Projeto Político-Pedagógico consiste na reflexão do conjunto de ações, estratégias, planos e programas aplicados em nossa escola durante cada ano letivo, para atender as demandas, pois no espaço educativo encontra-se diversas situações educacionais que perpassam pelo processo de ensin e de aprendizagem.

Deste modo, o Projeto Político-Pedagógico da Escola Érico será objeto de estudo não só para os professores como também para toda a comunidade escolar, com o intuito de promover a melhoria da qualidade do ensino da nossa unidade escolar. Sua avaliação constante nos possibilitará a (re)alimentação e a produção de feedbacks, a partir de observações, análise, reflexões e julgamentos que possibilitem a identificação de possíveis aspectos que necessitem de revisão ou adequação, em conformidade com as demandas no momento da sua aplicação prática na sala de aula.

6.2. Aspectos Teóricos-metodológicos dos Processos

Esta proposta foi elaborada com a participação de toda comunidade escolar e para sua efetivação foi necessário fazer um levantamento de documentos da gestão escolar e outros relativos ao Projeto Político-Pedagógico já existente. Assim, buscamos embasamento nos documentos oficiais, educacionais nacionais, estaduais e municipais, além dos documentos curriculares referenciais como a Base Nacional Comum Curricular, o Documento Curricular Referencial da Bahia, entre outros.

Nosso PPP também foi fundamentado em estudos de vários teóricos como Freire, Arroyo, Veiga, Vasconcelos, Saviani, Vitor Paro, Libâneo, Caldart etc, que durante toda sua construção serviram como orientadores de uma prática pedagógica humanizadora e voltada para a realidade dos nossos alunos.

Para tanto, a construção deste documento foi necessário percorrer os seguintes passos:

- ✓ Foi lançado no dia 20 de maio de 2022 em nível de Rede Municipal o Movimento de (Re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), nas escolas com a participação dos Comitês Colaborativos das Escolas;
- ✓ Entre os dias 23 de Maio a 03 de Junho a escola realizou reuniões e aplicou questionários diagnósticos para levantamento de informações junto à toda comunidade escolar;
- ✓ Entre os dias 06 de Junho a 05 de Agosto foi realizado encontros com os membros do Comitê Colaborativo da Escola para estudo e discussões;
- ✓ Entre o dia 06 de Junho a 19 de Agosto foi feita a elaboração dos textos;
- ✓ Entre 05 a 27 de Setembro, leitura, revisão e adequações no documento;
- ✓ 28 de Setembro foi realizada a primeira Audiência Pública para apresentação da versão preliminar do PPP.
- ✓ 22 de Dezembro realização de audiência pública para apresentação Final do Projeto político Pedagógico.

As reuniões promovidas pelo Comitê Local do nosso município junto à comunidade escolar serviram como pilar na construção deste documento, estas reuniões foram realizadas em diferentes momentos com alunos, pais/responsáveis, colaboradores e professores, nas quais foram debatidas a importância da (Re)elaboração deste documento e na aplicação dos questionários diagnósticos para levantamento de informações.

Com o resultado deste processo foi possível montar um Projeto Político-Pedagógico que dialoga com realidade da nossa escola e com estratégias específicas que viabiliza ações para alcançarmos cada objetivo.

6.3. Diretrizes para Implementação do Processo

As diretrizes para implementação do processo deste documento se constituirá através do consenso entre nossa equipe escolar que determinou as seguintes normas de cumprimento e verificação dos resultados obtidos apartir do ano de 2023:

- I. Logo após o início do ano letivo de 2023, será discutido em cada AC elementos que fundamentem a introdução dos novos projetos em nossa prática pedagógica;
- II. Serão propostos momentos de estudos aprofundado do nosso PPP, para que todos tenham conhecimento acerca das novas demandas que fundamentarão o nosso trabalho futuro;
- III. Nos momentos de estudos, será feita a distribuição dos projetos por estapa, cada projeto será articulado em conformidade com as demandas e estágio de desenvolvimento de cada turma;
- IV. Será distribuído um cronograma anual, com os temas e projetos, divididos por área do conhecimento e por etapa, com o intuito de informar aos alunos e aos pais/responsáveis sobre os projetos que serão desenvolvidos durante cada ano letivo, assim os mesmos terão conhecimento acerca dos projetos presente em nosso PPP e poderão acompanhar a implementação dos mesmos;
- V. Após a inserção dos novos projetos, faremos reuniões internas para compartilharmos as experiências e fazer uma verificação dos objetivos alcançados e das possíveis mudanças, caso seja necessário, para avaliar a aplicação e funcionalidade dos nossos projetos;
- VI. Ampliar a articulação com as famílias e a comunidade local, criando processos de integração da sociedade às demandas da escola, promovendo o conhecimento acerca da funcionalidade do documento em questão e o acompanhamento no processo de implementação e avaliação;
- VII. Incentivar a participação/observação dos nossos estudantes na verificação da implementação do PPP, através de roda de conversas para termos uma estatísticas da percepção dos mesmos em relação aos nossos projetos e práticas pedagógicas;
- VIII. Após o fim de cada etapa letiva, será realizada uma reunião geral, na qual será distribuídos questionários avaliativos sobre a implementação do nosso PPP, para que possamos ter uma avaliação institucional interna que qualifique a implementação e a funcionalidade do referido documento.

Nesta vertente, almejamos que toda a comunidade escolar esteja unida e empenhada em prol da melhoria da qualidade da educação em nossa escola, através da (Re)elaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico acreditamos que as possibilidades de avançarmos cada vez mais em direção a uma educação com resultados satisfatórios se faz mais presentes em nossa escola.

Assim, desejamos que este documento alcance não apenas as dimensões da sala de aulas, desejamos que o mesmo ultrapasse os muros da escola e faça valer cada concepção aqui presente, em prol da transformação social que desejamos para o nosso Município de Anguera, e conseqüentemente, para o mundo, pois acreditamos no poder gradativo de cada gesto, mesmos aqueles que aparentam serem os mais ínfimos.

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

O processo de avaliação do nosso PPP será pautado nas avaliações institucionais internas e externas que já acontecem em nossa escola, assim, faremos o levantamento de dados através de alguns dispositivos (questionários, roda de conversa, caixa de sugestão etc), posteriormente faremos as análises tanto de cunho qualitativo quanto de cunho quantitativo, buscando criar novos elementos que melhorem a funcionalidade do nosso PPP e ampliar os elementos positivos.

A este respeito, Veiga (2008b, p. 32) destaca que:

Acompanhar as atividades e avaliá-las leva-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico. A avaliação do Projeto Político Pedagógico, numa visão crítica parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas.

Em consonância com o pensamento destacado acima, elencamos as seguintes observações que serão realizadas durante o processo de avaliação do nosso Projeto Político-Pedagógico:

- I. O PPP está de fato sendo colocado em prática?
- II. Qual o nível de envolvimento de participação dos docentes no processo de implementação e avaliação do PPP?
- III. As metas foram alcançadas com base no esperado?

- IV. Caso as metas não tenham sido atingidas com êxito, quais foram os empecilhos? Quais caminhos devem ser trilhados para sanar tais problemas?
- V. Qual o nível de envolvimento da comunidade escolar nos mais diferentes aspectos de implementação e avaliação do nosso PPP?
- VI. Serão elencadas e avaliadas todas as sugestões referentes as ideias que surgirem nos momentos de estudos para avaliarmos de forma democráticas as melhores estratégias práticas dos novos projetos e do remodelando dos projeto já existentes, buscando a inovação dos mesmos;
- VII. Caso seja constatado algum déficit, será feito um debate para que os docentes e coordenadores exponham suas experiências e opiniões, articulando-as às possíveis soluções.
- VIII. Estes pontos serão discutidos e analisados no final do primeiro e do último semestre em reuniões realizadas pela gestão da escola e a coordenação pedagógica junto à comunidade escolar.
- IX. O acompanhamento do Conselho Escolar nesse processo também será de vital importância, visto que é um órgão de representação junto à comunidade.

Assim, nossa escola se efetiva democrática e humanizada com a participação da comunidade escolar, conhecendo, analisando e participando de todo processo de ensino-aprendizagem através de ações de avaliação do Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Manual Informativo sobre Inclusão – Informativo para Educadore**, 2002.

ARROYO. M. G.; CALDART. R. S.; e MOLINA. M. **Por uma educação do campo**. (Org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Emenda Constitucional nº14, de 1996**. Brasília, 1997.

BRASIL. **Referenciais para a Formação de Professores**. Brasília: SEF/ MEC, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2018.

Clavatta, M. **Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto**. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 911-934, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo**. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, pp. 89-104, 1998.

DUBET, F. **A Escola das Oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997

GARCIA, L. T. S.; QUEIROZ, M. A. **Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação**. Natal: Ed. da UFRN, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Editora Positivo. Curitiba, 2009.

LÜCK, H. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1991.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, I. P. Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 14. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.